

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL		
Data	___/___/___	___
Cod.	2710	

**RELATÓRIO FINAL DO ENCONTRO ANUAL  
DE MEIO AMBIENTE DA USAID/BRASIL, 2002**

**Ilhéus - Bahia**

**5-9 de novembro de 2002**

**Donald Sawyer  
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)**

## SUMÁRIO

### Lista de Siglas

- 1 Introdução
- 2 Abertura e Procedimentos do Encontro
- 3 Conferência de Contextualização: Marcelo Leite
- 4 Painel: Manejo Florestal Sustentável
- 5 A Aliança de Desenvolvimento Global da USAID para Florestas
- 6 Painel: Pobreza e Meio Ambiente
- 7 Painel: Políticas e Práticas de Conservação e Desenvolvimento em Escala Regional
- 8 Conferências de Contextualização: Bertha Becker e Ana Cristina Barros
- 9 Entrega de Prêmios de Reconhecimento da USAID
- 10 Conferência de Contextualização: Natura
- 11 Painel: Mercados para Comunidades
- 12 Plano Estratégico da USAID/Brasil para 2003-2008
- 13 Resumo da Reunião e Comentários Finais
- 14 Visita de Campo

## LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia (Amazon Development Agency)
AC	Acre
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas (Free Trade Area of the Americas)
AM	Amazonas
APA	Área de Proteção Ambiental (Environmental Protection Area)
APP	Área de Preservação Permanente (Area of Permanent Preservation)
ARPA	Amazon Region Protected Areas (Áreas Protegidas da Região Amazônica)
BA	Bahia
BASA	Banco da Amazônia S.A. (Bank of the Amazon Inc.)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (National Bank of Economic and Social Development)
CAN	Conservation Agriculture Network (Rede de Conservação e Agricultura)
CBD	Convention on Biological Diversity (Convenção de Diversidade Biológica)
CDB	Convenção de Diversidade Biológica (Convention on Biological Diversity)
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Center for Education and Culture of Rural Workers)
CFM	Community forest management (Manejo florestal comunitário)
CI	Conservation International (Conservação Internacional)
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (National Confederation of Workers in Agriculture)
COOPASB	Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtores Agroecologistas do Sul da Bahia (Cooperative of Small Farmers and Agroecological Farmers of Southern Bahia)
DFID	Department for International Development of the United Kingdom (Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido)
FAOR	Fórum de ONGs da Amazônia Oriental (Forum of NGOs of the Eastern Amazon)
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Federation of Organizations for Social and Educational Aid)
FFT	Fundação Floresta Tropical (Tropical Forest Foundation)
FNO	Fundo Constitucional do Norte (Constitutional Fund of the North Region)
FSC	Forest Stewardship Council (Conselho de Manejo Florestal)
FSP	Folha de São Paulo
FTAA	Free Trade Area of the Americas (Área de Livre Comércio das Américas)
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Brazilian Biodiversity Fund)



GDA	Global Development Alliance (Aliança para o Desenvolvimento Global)
GEF	Global Environment Facility (Fundo para o Meio Ambiente Mundial)
GNP	Gross National Product (Produto Interno Bruto)
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico (Amazon Working Group)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources)
IBD	Instituto Biodinâmico (Biodynamic Institute)
IEF	Instituto Estadual de Florestas (State Forestry Institute)
IESB	Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (Institute of Socio-environmental Studies of Southern Bahia)
IFT	Instituto Floresta Tropical (Tropical Forest Institute)
IEEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil (Brazilian Institute for International Education)
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Institute for Forest and Agricultural Management and Certification)
IMAZON	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Institute for Man and Environment in the Amazon)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (National Institute of Colonization and Agrarian Reform)
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Institute for Environmental Research in the Amazon)
IR	Intermediate Result (Resultado Intermediário)
ISO	International Standards Institute (Instituto Internacional de Padronização)
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza (Institute for Society, Population and Nature)
MAFLOPS	Manejo Florestal e Prestação de Serviços Ltda. (Forest Management and Services Ltd.)
MAP	Madre de Dios/Acre/Pando
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ministry of Agrarian Development)
MFC	Manejo Florestal Comunitário (Community Forest Management)
MI	Ministério da Integração Nacional (Ministry of National Integration)
MMA	Ministério do Meio Ambiente (Ministry of Environment)
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (Movement of Rural Women Workers)
MRE	Ministério das Relações Exteriores (Ministry of External Relations)
NGO	Non-governmental organization (organização não governamental)
NTFP	Non-timber forest product (produto florestal não-madeireiro)
OE	Objetivo Estratégico (Strategic Objective)
ONG	Organização não governamental (non-governmental organization)
PDA	Projetos Demonstrativos Tipo A (Type A Demonstration Projects)
PESACRE	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Research and Extension Group on Agroforestry Systems in Acre)



PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Program)
PPG-7	Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil)
PROAMBIENTE	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia (Program of Sustainable Development of Rural Family Production in the Amazon)
PRODEX	Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (Program for Development of Extractivism)
PROMANEJO	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia (Project of Support for Forest Management in the Amazon)
PRONABIO	Programa Nacional de Diversidade Biológica (National Program of Biological Diversity)
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar (National Program of Family Agriculture)
PRORURAL	Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada (Program of Support for Organized Family Farming)
PROTEGER	Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia (Project of Mobilization and Capacity-building for Prevention of Forest Fires in the Amazon)
PROVÁRZEA	Projeto de Manejo dos Recursos Naturais das Várzeas (Floodplain Natural Resource Management Project)
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Reserve)
RESEX	Reserva Extrativista (Extractive Reserve)
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia (Secretariat for Coordination of the Amazon)
SEFE	Secretaria de Extrativismo e Florestas (Secretariat of Extractivism and Forests)
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia (Amazon Protection System)
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia (Amazon Surveillance System)
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação (National System of Conservation Units)
SUV	Sports utility vehicle (veículo utilitário esportivo)
TFCA	Tropical Forest Conservation Act (Ato de Conservação das Florestas Tropicais)
TNC	The Nature Conservancy
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (Federal University of Rio de Janeiro)
UNDP	United Nations Development Program (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
USAID	United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USFS	United States Forest Service (Serviço Florestal dos Estados Unidos)
WHRC	Woods Hole Research Center (Centro de Pesquisa Woods Hole)
WWF	World-wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico (Ecological-Economic Zoning)

## **1 INTRODUÇÃO**

Este relatório inclui um resumo das apresentações e discussões realizadas no Encontro Anual de Meio Ambiente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em Ilhéus, Bahia, Brasil, de 5 a 9 de novembro de 2002. A reunião foi precedida pelo Encontro Anual de Energia, realizada separadamente em Costa do Suaípe, Pernambuco.

Havia 90 participantes no encontro sobre meio ambiente, incluindo representantes da USAID no Brasil e Washington, os governos dos Estados Unidos e do Brasil, executores dos projetos, diversos palestrantes e outros convidados.

Ao término de cada sessão, abriu-se uma discussão entre os participantes e o facilitador apresentou um resumo crítico final das principais questões levantadas. Além das sessões cobertas neste relatório, o encontro incluiu uma Feira de Resultados no espaço frente à sala de reunião, onde as organizações participantes exibiram seus produtos, cartazes e publicações. Em cada dia da reunião, reservou-se tempo para visitas à Feira e discussões individuais sobre as organizações e seus projetos. Esta inovação foi resultado da avaliação dos participantes em reuniões anteriores que faltavam oportunidades para a troca de idéias entre uma pessoa e outra, em vez de apenas escutar e comentar apresentações de palestrantes no auditório.

O facilitador e relator, contratado pela Apoio Eventos, gostaria de agradecer a Anthony Anderson o resumo da primeira manhã e o pessoal da USAID pelos comentários e correções, embora mantenha a responsabilidade por interpretações e quaisquer erros restantes. Os pontos de vista expressos neste relatório não representam, necessariamente, aqueles da USAID ou do governo norteamericano.

## **2 ABERTURA E PROCEDIMENTOS DO ENCONTRO**

Eric Stoner, Assessor Ambiental Sênior, deu boas-vindas aos participantes e explicou que o novo Diretor da USAID/Brasil, Richard Goughnour, chegaria depois do almoço. Comentou que, como no caso do Brasil, porém em escala menor, a USAID/Brasil está passando por uma transição e que um documento preliminar sobre os procedimentos para solicitação de Acordos Cooperativos na nova fase seria distribuído e discutido durante a reunião.

Roberta Nobre, da Apoio Eventos, a empresa contratada para organizar o encontro, fez comentários sobre assuntos logísticos, enquanto Ana Lúcia da Cruz, Assessora Ambiental da USAID/Brasil, explicou como a reunião funcionaria, pediu aos participantes que se apresentassem e chamou para a mesa o primeiro conferencista de contextualização.



### 3 CONFERÊNCIA DE CONTEXTUALIZAÇÃO: MARCELO LEITE

#### 3.1 Do Rio para Joanesburgo e Além: Alcançando e Sustentando Compromissos Ambientais

O primeiro conferencista de contextualização, o Editor de Ciência do jornal **Folha o São Paulo** (FSP), observou que atualmente a sociedade enfrenta dificuldades de se informar sobre assuntos ambientais por causa dos graves problemas enfrentados pelo Brasil em outras áreas. Em 1992, a Cúpula da Terra ganhou cobertura de seis páginas por dia no **Jornal do Brasil**. Em 2002, por outro lado, a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável foi coberta por alguns poucos repórteres que publicaram um máximo de três-quartos de página por dia.

Nos anos oitenta, quando uma área do tamanho de França foi desmatada na Amazônia, a imprensa internacional exerceu um tipo de imperialismo benigno. A Rio-92 alcançou resultados mais positivos do que se pudesse ter imaginado, levando a diversos protocolos assinados, como também promessas de dobrar a ajuda externa de 0,35 a 0,70% do PIB de países desenvolvidos. Nos anos noventa, houve uma explosão de consumo nos Estados Unidos, simbolizada pelos veículos esportivos-utilitários (SUVs), que se movem com gasolina barata. As emissões de dióxido de carbono aumentaram em 4,6% em vez de cair em 5%, a ajuda externa caiu em vez de aumentar e os Estados Unidos recusaram-se a assinar o Protocolo de Kyoto. O Presidente George W. Bush não participou de Joanesburgo, como participou o pai dele do Rio de Janeiro.

A FSP publicou seis páginas sobre a "década perdida" antes da cúpula de Joanesburgo. A cobertura da conferência teve que competir com outras notícias importantes, tais como o primeiro aniversário dos ataques de 11 de setembro. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e o Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON) apresentaram resultados de estudos elaborados para tomadores de decisão em Brasília e publicados em revistas científicas tais como **Science** e **Nature**.

No futuro, seria importante reverter a tendência atual no jornalismo de conceder ênfase excessiva para escândalos e crises econômicas, oferecendo-se cobertura melhor de assuntos ambientais.

#### 3.2 Discussão

A imagem persistente de que as organizações não governamentais (ONGs) no Brasil são dominadas por interesses internacionais, freqüentemente baseada em uma doutrina nacionalista e militar, como uma reação à alegada cobiça internacional com relação aos recursos naturais de Amazônia, pode ser combatida disseminando-se informação correta para mostrar como as parcerias funcionam



na realidade. As ONGs estão buscando cada vez mais os jornalistas para tornar os seus resultados conhecidos entre um público mais amplo.

Embora atualmente estejam recebendo menos atenção no plano internacional, os assuntos ambientais não são menos importantes para a humanidade. É mais difícil competir por espaço em jornais, especialmente para inserir notícias positivas. Os programas de televisão sobre a natureza tendem a simplificar os assuntos ambientais, evitando suas dimensões sociais e econômicas.

Há grande necessidade de capacitação em jornalismo científico. O FSP tem um excelente programa de reciclagem de seu pessoal e investe em programas de treinamento, mas o Brasil poderia fazer muito mais em termos de capacitação sobre assuntos ambientais.

Os ambientalistas, por sua vez, devem romper seu isolamento, arriscando-se em outros temas tais como a reforma tributária, para integrar meio ambiente e assuntos econômicos. As ONGs não devem tentar substituir o Estado. O Brasil deve permitir que a base de Alcântara seja usada para o monitoramento da Amazônia.

A cobertura de Joanesburgo pela imprensa foi indevidamente pessimista, dando-se atenção insuficiente ao progresso obtido. Mesmo assim, as conferências internacionais deste tipo criam expectativas excessivas e perderão importância daqui para frente.

### **3.3 Resumo do Facilitador**

Anthony Anderson observou que em 1992 os assuntos ambientais emergentes eram dominados por órgãos governamentais, havendo pequena participação da sociedade civil. Poucas organizações tinham sido criadas antes da conferência. Inicialmente, formaram uma comunidade hermética que desconfiava do governo e do setor privado.

A Conferência do Rio começou a mudar esta situação. Em 2002, os assuntos ambientais recebem atenção na mídia e há maior consciência pública. As realizações incluem a demarcação de terras indígenas, que cobrem 22% da região amazônica, as políticas ambientais específicas tais como Reservas Extrativistas e o Código Florestal e um leque amplo de parcerias entre a sociedade civil e órgãos governamentais nacionais, estaduais e municipais. As ONGs tornaram-se mais maduras e sofisticadas. O desafio no momento é diversificar a comunicação além da área estritamente ambiental.

#### **4 PAINEL: MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL**

##### **4.1 Integração Plena do Manejo Florestal nas Agendas do PPG-7 e do PNF - Raimundo Deusdará, Coordenador do PPG-7 e do PNF**

A cobertura florestal no Brasil, de 544 milhões de hectares, é a maior da América do Sul e perde em tamanho apenas para a Rússia,. O setor florestal é responsável por um produto de R\$40 bilhões, que corresponde a 4% do PIB, e por 8% das exportações, gerando 1,6 milhões de empregos diretos e 5,6 milhões de empregos indiretos. Exerce uma função de fixar população na área rural, gerando 700 mil empregos durante as secas na região semi-árida.

A Região Norte possui 67% do potencial de madeira do país. Há 123.200 hectares em áreas públicas e 251.400 hectares em terras privadas. A lenha ainda é importante no Brasil. São exportados apenas 10,25% da madeira amazônica, um total de 40 bilhões de m3. São Paulo é seu destino principal, com 20% do total, ficando apenas 10% na própria Amazônia. Está previsto um déficit de madeira em 2004.

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) começou em 1991 e o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia (PROMANEJO) em 1998. O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi decretado em abril de 2000 e começou a funcionar em outubro. Em agosto de 2002, ocorreu a integração entre o PPG-7 e o PNF. Os objetivos do PNF têm muita sobreposição com os do PROMANEJO, do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais das Várzeas (PROVÁRZEA) e dos Projetos Demonstrativos (PDA), entre outros programas do PPG-7. Estão sendo finalizados trabalhos sobre a extração madeireira de baixo impacto. O PNF tem uma parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) sobre o manejo florestal comunitário (MFC), bem como amplo leque de outras parcerias. O PNF também trabalha na Mata Atlântica e na Caatinga e tem muitas outras atividades, inclusive publicações e uma revista indexada.

Os fatores limitantes do manejo florestal no Brasil são principalmente a abundância de recursos florestais e a oferta clandestina. Assim, a implementação do manejo florestal requer uma variedade de medidas. Uma especialmente digna de nota é o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) Florestal, que aplica recursos dos Fundos Constitucionais.

##### **4.2 Capacitação em Manejo Florestal para Atender a Demanda da Indústria Madeireira - Alcir Ribeiro, Cikel Brasil Verde, e Johan Zweede, Fundação Floresta Tropical**

A Cikel é uma empresa familiar, 100% brasileira, que começou suas atividades em Açailândia, no Maranhão, há 25 anos. Atualmente possui 200 mil hectares de terras próprias e 300 mil hectares de terras alugadas. Conta com



cinco unidades industriais para aproveitamento integral dos recursos florestais. Os resultados da certificação florestal incluem melhores relações com as comunidades, emprego mais qualificado, benefícios socio-econômicos locais, mudança de paradigma, maior variedade de espécies, melhor imagem ambiental e competição em mercados verdes. Os benefícios do treinamento, por sua vez, incluem melhor desempenho, controle de processos, processos produtivos uniformes, participação dos trabalhadores, maior auto-estima, domínio de tecnologia e atendimento das exigências de certificação. Os compromissos sociais incluem o monitoramento de doenças tropicais, a contratação local e a resolução de conflitos, entre outros.

Chama-se a atenção para o fato de que não há nenhum incentivo governamental e que faltam incentivos para planos de manejo florestal sustentável. Ocorre concorrência desleal que oferece apenas preços menores, sem nenhum benefício social ou ambiental. A cobertura da imprensa não ajuda. A Cikel estabeleceu diversas parcerias com o governo, organizações não governamentais e instituições internacionais. O sítio é [www.cikel.com.br/florestal](http://www.cikel.com.br/florestal).

Johan Zweede, da Fundação Floresta Tropical, observou que o treinamento é um catalisador entre os recursos humanos e os recursos florestais. A definição do manejo florestal exige alguns esclarecimentos. Algumas pessoas adquiriram conhecimento ao longo dos anos por meio de experiência familiar e práticas tradicionais, como no caso de saber transformar um tronco de árvore em uma canoa, mas esta experiência não necessariamente significa conhecimento apropriado para, por exemplo, dirigir um trator. As imagens aéreas e de satélite mostram diferenças claras entre práticas madeireiras de impacto alto e baixo.

O treinamento deve ser realizado em contato direto com a floresta, não em salas de aula. Em 2002, foram treinadas 557 pessoas. O manejo está se tornando cada vez mais conhecido. Permite gerar mais emprego e mais renda permanece na região. Ocorreu um divórcio com a Fundação Floresta Tropical (FFT), que resultou na criação do Instituto Floresta Tropical (IFT). Espera-se oferecer treinamento sustentável.

#### **4.3 Uma Nova Parceria entre a Indústria Madeireira e os Assentamentos Rurais na Amazônia - Antônio Abelardo Leite, Manejo Florestal e Prestação de Serviços Ltda. (MAFLOPS), Santarém - Pará**

A venda de árvores em troca da abertura de estradas constitui um acordo típico entre as madeireiras e os pequenos proprietários na Amazônia. A empresa MAFLOPS está inovando nos acordos feitos com seis associações e 350 famílias no Pará. Há que se negociar autorizações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Os assentados são contratados como fiscais florestais. Cerca de 50 espécies são aproveitadas, colhendo-se 20 m<sup>3</sup> de madeira por hectare. A comunidade recebe um plano de manejo global, a titulação



da terra, um plano de manejo para cada lote, estradas boas, casas e pagamento de R\$2 a 11 mil por família. Assim, os assentados podem produzir mais com menores custos. A longo prazo, há que se intensificar a agricultura para diminuir o desmatamento. Além dos assentamentos, a MAFLOPS também trabalha na Floresta Nacional de Tapajós.

#### **4.4 Disseminando Práticas de Produção Sustentável num Contexto de Capacitação Continuada: A Experiência do PROTEGER II - Sílvia Maria Costa Nicola, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), e Heloísa Helena Vasconcelos, Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do Maranhão (CENTRU-MA)**

Sílvia Nicola explicou que a segunda fase do Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção aos Incêndios Florestais na Amazônia (PROTEGER II) é executado pela Rede GTA, que agrega mais de 500 organizações, tendo uma entidade responsável em cada estado. O objetivo do programa é controlar os incêndios florestais na Amazônia. As atividades incluem a pesquisa-ação participativa, valorizando o conhecimento comunitário e a cultura local em vez de apenas transmitir o conhecimento técnico. Todas as atividades são desenvolvidas na comunidade e pela comunidade. Uma nova iniciativa importante é roça sem fogo. O PROTEGER busca melhorar o equilíbrio de gênero. Não basta disseminar alternativas, sem buscar uma visão holística, que pode ser resumida como "meios de vida sustentáveis". As lições aprendidas no programa devem ser traduzidas em políticas públicas.

Heloísa Helena Vasconcelos, do CENTRU, entidade que executa o PROTEGER no Maranhão, frisou que a educação ambiental envolve os seres humanos no seu contexto mais amplo, como transformadores de sua realidade. O conteúdo transmitido é biológico, cultural e político, com ênfase na cidadania. A promoção da produção sustentável implica a discussão de conceitos tais como modelos de desenvolvimento, revolução verde, agricultura familiar, agroecologia, agricultura orgânica, organização da produção e viabilidade econômica. A mobilização está baseada no desejo de conhecimento novo e nas experiências existentes.

As queimadas são um problema comum. Os monitores são líderes locais. Há disseminação ampla por meio de várias atividades. Puxiruns ambientais são realizados para a recuperação de áreas degradadas e viveiros de mudas. São organizadas atividades recreativas para os jovens e grupos de mulheres para influenciar as políticas públicas, formando-se elos com a educação popular. Daqui para frente, há que se superar a visão de curto prazo, garantir a continuidade do treinamento, reforçar as atividades implementadas, usar os meios de comunicação, resolver os problemas fundiários e oferecer maiores incentivos para práticas sustentáveis.



#### 4.5 Discussão

Richard Goughnour, que acabara de chegar à reunião, fez breves comentários, frisando os vínculos entre meio ambiente e a redução da pobreza, outro objetivo da USAID.

Wanja Nóbrega, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), perguntou para Alcir Ribeiro sobre a viabilidade da inserção de produtos sustentáveis nos mercados globalizados, que relutam em aceitar algumas exportações brasileiras. Ele respondeu que a demanda existe, mas áreas novas precisam ser abertas, por exemplo, por meio da certificação florestal.

Wanja Nóbrega também se dirigiu ao CENTRU e ao PROTEGER, perguntando sobre a participação de mulheres. Heloísa Helena Vasconcelos respondeu que houve um aumento significativo dessa participação durante o projeto e que o equilíbrio de gênero já foi alcançado entre os monitores. Sílvia Nicola explicou o esforço intensivo feito para incorporar gênero no PROTEGER por meio de parcerias, destacando que o rádio comunitário está sendo utilizado para alcançar as mulheres e os jovens.

Paulo Demeter, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) de Itabuna, perguntou para Antônio Leite sobre a experiência em Santarém, onde os assentados teriam apenas 16 hectares para roças e aproveitamento dos recursos florestais. Quanto tempo duraria a utilização de uma área tão pequena? Foi respondido que, aplicando o Código Florestal, o INCRA requer que não mais de 20% dos lotes de 60 a 100 hectares sejam desmatados, com um máximo de desmatamento de 3 hectares por ano. Por outro lado, os 80% da Reserva Legal podem ser utilizados para o manejo florestal.

Carlos Vicente, do Acre, perguntou para Antônio Leite como a estratégia da MAFLOPS foi desenvolvida e qual foi sua experiência pessoal anterior. Ele respondeu que trabalhou no Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Minas Gerais durante oito anos, passando depois para o setor privado.

Carlos Vicente também solicitou a Antônio Leite a opinião dele sobre a certificação florestal. Ele respondeu que ninguém é a favor da certificação, que requer um ciclo de 25 anos.

Carlos Vicente ainda perguntou para Heloísa Helena Vasconcelos sobre organizações locais mais sólidas e resultados concretos do programa. Ela respondeu que as organizações são fortalecidas até que sejam emancipadas, dispensando o apoio externo. A emancipação das pessoas é o mais importante.

Eliezer Barros Correia perguntou se a única função das florestas é fornecer madeira, ou se podemos considerar sua multifuncionalidade. Raimundo Deusdará respondeu que a madeira é polêmica, mas cada vez mais estão sendo



contemplados outros bens e serviços ambientais tais como o armazenamento de carbono e a fauna. Os produtos florestais não-madeireiros são centrais no Programa Piloto. Johan Zweede fez um comentário sobre a necessidade de treinamento sustentável. Alcir Ribeiro disse que no momento a madeira é o produto com mercado real.

Jarbas Costa, do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE), perguntou sobre o desperdício e o produto final e queria saber se a solução é apenas tecnológica. Raimundo Deusdará respondeu que a modernização da indústria madeireira faz parte do PNF. Sobre desperdício, não está claro quem pode fazer o quê. Alcir Ribeiro disse que a filosofia nova enfrenta restrições legais, por exemplo quanto ao uso de galhos. Antônio Leite observou que muitos galhos grandes poderiam ser aproveitados.

Kenny Bell, da União Européia, citando artigos na revista **Science**, teceu comentários provocativos sobre a utilidade do manejo florestal sustentável. Em termos de biodiversidade, o impacto global é limitado. Raimundo Deusdará, reconhecendo apelos a favor da conservação com proteção integral, disse que, ainda que mal feitos, o manejo ou o reflorestamento são preferíveis ao corte raso. A maturidade dos investimentos deve ser levada em conta. Johan Zweede insistiu que o manejo florestal é possível. Alcir Ribeiro disse que a Cikel buscou monitorar a biodiversidade durante as diversas fases da extração.

Maria José Gontijo, do IIEB, observou que o Banco da Amazônia (BASA) aceitou apoiar o manejo comunitário sustentável. Antônio Leite reclamou que o BASA exige 130% de garantias. Raimundo Deusdará sugeriu que cooperativas poderiam resolver o problema.

#### **4.6 Resumo do Facilitador**

A integração entre o PPG-7 e o PNF constitui um exemplo perfeito de *mainstreaming*, do tipo que implica a incorporação da cooperação internacional em políticas e programas governamentais nacionais, que não são necessariamente apenas do governo federal. Ao mesmo tempo, o que pode ser mais importante, o meio ambiente começou a penetrar na área econômica, como no caso do uso dos Fundos Constitucionais para fins ambientais por meio do PRONAF Florestal.

Ao nível micro, por outro lado, a experiências da Cikel e da MAFLOPS sugerem que existem muitas vantagens econômicas de manejo florestal sustentável, via mercado, até mesmo sem qualquer incentivo governamental. A questão é até que ponto estas experiências específicas podem ser generalizadas e se há algum mecanismo de auto-limitação, segundo o qual a ampliação da escala reduziria os benefícios para os produtores que adotam o manejo.



O controle de fogo, por outro lado, ao contrário da exploração de madeira, parece requerer forte apoio do setor público, até mesmo apoio internacional, além de intensa mobilização local.

Pode-se questionar alguns aspectos do significado de manejo florestal sustentável. É chamado tanto de "sustentado" quanto de "sustentável". Inclui a extração de impacto reduzido? Exige a certificação florestal? Johan Zweede mostra que a fase pós-colheita constitui uma parte essencial do manejo florestal. Indo mais longe, a roça sem fogo e a intensificação da agricultura, sem uso de produtos florestais, poderiam ser considerados manejo florestal *lato sensu*. Isto nos remete a questões de multifuncionalidade de florestas, as quais devem ser consideradas mais cuidadosamente.

O treinamento deve envolver trocas de mão-dupla entre o conhecimento local tradicional e o conhecimento técnico que vem de fora, sem excluir um ou outro e sem se tornar completamente de cima para baixo ou de baixo para cima. Por causa de seus custos, precisamos nos preocupar com a sustentabilidade do treinamento.

Em um nível mais geral, o desafio é da "sustentabilidade da sustentabilidade", no sentido de tornar a sustentabilidade ambiental economicamente viável em prazos maiores. Até que ponto são necessários incentivos, subsídios, regulação e políticas públicas, ou o mercado resolverá o problema mais ou menos por si mesmo? Há mercados para os diversos bens e serviços que as florestas podem oferecer quando se supera a escala experimental? O que acontece com os preços?

A sessão mostrou como pode ser ampla a diversidade de parcerias. Precisamos ver se há uma massa crítica de organizações suficiente para ganhar vida própria e até que ponto tais arranjos institucionais são sustentáveis.

A sessão também mostrou um tipo novo de relação entre comunidades locais e empresas privadas, pelo menos quanto a sua forma. Na Amazônia no passado, as empresas adiantavam mercadorias para os extrativistas e recebiam os produtos florestais pelo sistema de "aviamento". Aparentemente, os novos arranjos evitam a dependência, os monopônios e a exploração características do sistema tradicional.

A emancipação das organizações foi mencionada, mas precisa ser examinada mais cuidadosamente. Se elas prestam serviços de interesse público, algum apoio poderia ser justificada. Elas podem contribuir para a emancipação das pessoas.

Deve-se prestar mais atenção às diferenças entre impactos globais e locais, uma vez que o escopo socio-econômico e geográfico dos impactos deve determinar até que ponto os diversos grupos ou países arcam com os custos da



sustentabilidade ambiental. Impactos globais podem justificar apoios internacionais.

### **5.0 Aliança de Desenvolvimento Global de USAID para Florestas - Alex Moad, Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS)**

Entre as tendências globais no setor florestal, destacam-se o reconhecimento crescente dos produtos não-madeireiros e dos serviços ambientais, o aumento do reflorestamento e aflorestamento e a escassez do financiamento governamental, com maior participação da comunidade e do setor privado, enquanto o governo se restringe a funções de políticas públicas, legislação e aplicação da lei. Entre as oportunidades que surgem, cabe observar que os empreendimentos pequenos correspondem a aproximadamente a metade do PIB da América Latina e 80% da mão-de-obra. Os pequenos podem aproveitar nichos emergentes de mercados verdes. A certificação é uma resposta ao esgotamento dos estoques naturais, servindo para criar incentivos para o manejo florestal sustentável, os movimentos sociais e o desenvolvimento de mercados.

A Aliança para o Desenvolvimento Global (GDA) constitui um modelo novo para a prestação de cooperação internacional, buscando a alavancagem de novos parceiros, recursos, tecnologias e idéias. Partindo de parcerias e alianças existentes, pode-se aproveitar a presença extensa da USAID no campo, bem como sua ampla rede de parceiros e seu conhecimento técnico especializado. Há potencial para parcerias que promovam o manejo florestal sustentável. Há uma falta simultânea de oferta e de acesso ao mercado. A USAID, os países anfitriões e as empresas privadas podem trabalhar junto para combinar rentabilidade com maior responsabilidade social e ambiental. Empresas como Ikea e Home Depot são motivadas tanto pela imagem externa quanto pela moral interna de seus empregados. Há potencial de contribuir para a redução da pobreza e para o crescimento econômico.

Na GDA, as empresas e a USAID trabalharão de forma conjunta para identificar projetos, sem trocar dinheiro. No Brasil, a Fundação Floresta Tropical (FFT) e o IMAZON já são parceiros. Há suspeita que a iniciativa poderá beneficiar a indústria mais que o meio ambiente, mas a GDA é neutra quanto ao tipo de certificação, o que deve ser uma decisão de mercado.

### **5.2 Formação de Redes para Ações Socio-ambientais - Anthony Anderson, Consultor**

Tantas frentes diferentes de ação das ONGs, conforme mostrado em um quadro de instituições representativas envolvidas em diversas áreas temáticas, são possíveis por causa das parcerias e redes. Até mesmo o mapa de áreas protegidas na Amazônia foi influenciado por ONGs de vários tipos. O novo programa ambiental da USAID promoverá este tipo de rede. As redes



institucionais podem facilitar abordagens múltiplas para problemas, aumentar o potencial de impacto, promover novas trocas e aprendizados, estimular a inovação e o enfrentamento de riscos, reduzir a duplicação de esforços, otimizar o uso de recursos escassos, facilitar o monitoramento e avaliação, fortalecer a gestão financeira por meio de mecanismos de controle internos, estimular investimentos de doadores e facilitar a coordenação entre doadores. Todavia, as redes não são uma panacéia.

### 5.3 Discussão

David Cleary, da Nature Conservancy (TNC), comentou que a apresentação sobre a GDA incluiu poucas informações sobre aspectos financeiros. Qual a disponibilidade de recursos? Alex Moad respondeu que não tinha informações sobre a GDA inteira, mas para florestas há aproximadamente US\$20 milhões e provavelmente US\$60 a 70 milhões no total. Podem ser fornecidos capital inicial (*seed money*) e fundos para alavancagem de outros recursos.

Wanja Nóbrega, referindo-se ao acesso a recursos genéticos e o conhecimento tradicional, o compartilhamento de benefícios e a transferência de tecnologia prevista na Convenção de Diversidade Biológica (CDB), perguntou como a USAID pode ser governamental e seu governo não assinar a CBD e o Protocolo de Kyoto. Alex Moad respondeu que o documento que ela citou era da USAID/Brasil. Serão contempladas considerações locais nos mecanismos de certificação. Como cidadão, ele seria a favor da assinatura dos acordos internacionais. Não são consideradas os direitos de propriedade intelectual. Eric Stoner explicou que o documento distribuído era apenas uma minuta de um edital e que a referência a clima seria à Convenção Marco. Não há qualquer barreira da USAID à implementação dos princípios, até mesmo sem a assinatura do acordo. Além disso, a USAID não faz parte do Departamento de Estado.

John Browder perguntou para Anthony Anderson sobre os numerosos benefícios e custos de transação e como se pode saber quando há colaboração suficiente. Anthony Anderson respondeu que indicadores podem ajudar. As redes devem ser naturais, não matrimônios de conveniência. As redes não podem ser tão grandes que se tornam intratáveis.

Alcir Ribeiro, falando como representante do setor privado, perguntou por que as empresas não são incluídas nas redes. Anthony Anderson respondeu que a GDA envolve o setor privado e Alex Moad disse que há áreas onde o setor privado se torna necessário.

### 5.4 Resumo do Facilitador

A maior novidade da GDA é a aliança entre os setores público e privado. O problema é que há que se evitar o favorecimento governamental de interesses



privados. A aliança parece ter sido concebida em termos de empresas grandes, especialmente madeireiras, que trabalham com bilhões, e não de pequenas empresas, famílias e comunidades que vivem com tostões e trabalham com outros tipos de produtos florestais.

A GDA supõe que a certificação florestal seja uma decisão de mercado. É possível a neutralidade governamental em decisões que consideram qual o tipo de certificação que será usado? Além disso, há que se perguntar se, quanto melhor a certificação em termos técnicos, não seria maior o risco de excluir grande número de operações e portanto de menor alcance em termos ambientais e socio-econômicos.

As redes são maravilhosas, mas não se percebem soluções para os problemas de custos de transação. Como sabemos quanta colaboração é necessária? Como podemos cobrir seus custos? A suposição freqüente de que os elementos constituintes das redes, as entidades individuais, já existam e funcionem implica um risco de tomar as entidades como dado (*take the grantees for granted*), quando na realidade precisam de apoio.

O outro lado da moeda das parcerias, que implicam escolhas, é algum tipo de exclusão. As parcerias são como casamentos, não só por causa da sua espontaneidade, mas também porque não se pode ser parceiro de todo o mundo.

## **6.0 PAINEL: POBREZA E MEIO AMBIENTE**

### **6.1 Promovendo a Conservação na Agricultura Familiar: o Programa Floresta Viva - Rui Rocha e Marcelo Araújo, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB)**

Marcelo Araújo explicou como o IESB, que trabalha com a conservação da Mata Atlântica desde 1994, envolveu-se na busca de mercados para agricultores familiares. Rui Rocha notou que há simultaneamente tensão e potencial para trabalhar com as duas coisas. A Mata Atlântica é um dos 25 *hotspots* globais identificados pela *Conservation International*, possuindo enorme variedade de espécies endêmicas.

As principais realizações até o momento incluem: 1) análise espacial; 2) trabalho com políticas públicas (turismo, reforma agrária, crédito rural, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ecológico e aplicação da legislação ambiental); 3) criação de novas áreas protegidas e melhor implementação das áreas protegidas existentes e seus entornos; 4) sustentabilidade econômica por meio de ecoturismo, cacau orgânico e sistemas agroflorestais; 5) geração de renda mediante a conservação e 6) recuperação de florestas.

O objetivo do Programa Floresta Viva é combinar a conservação e a inclusão social por meio de inovação técnica e comercial em sistemas



agroflorestais e renda mínima mediante conservação, pagando pela conservação e fornecendo assistência técnica. O projeto envolve viveiros familiares e reflorestamento, novas culturas tais como cacau e cupuaçu, novas práticas tais como composto orgânico e novos produtos e mercados tais como ecoturismo, mudas, verduras orgânicas, palmeiras, flores e renda alternativa derivada da conservação.

Houve resposta fantástica, como mostram os números apresentados. A renda mínima de R\$100 é coletada de hotéis e turistas. As pessoas locais podem ser guardiães do patrimônio natural. A questão no momento é onde replicar o projeto. As prioridades referem-se à conservação, ao entorno de áreas protegidas e aos agricultores familiares pobres, entre outros. A cartografia mostrou um mosaico complexo de uso de terra e conservação. O custo do programa para 100 agricultores é US\$150.000 por ano para a fase piloto, o que corresponde a R\$1.500 por família por ano e R\$15 por hectare. O custo por hectare poderia ser R\$7,50 se a escala fosse maior.

**6.2 Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Trairão - Socorro Pena, IPAM**

O IPAM trabalha ao longo da rodovia BR-163 em 26 municípios do Pará e do Mato Grosso, inclusive Trairão, localizado 400 km ao sul de Santarém. Há diversidade econômica marcada ao longo da estrada, com produção de palmito, soja e algodão. Há 1,5 milhões de habitantes. O capital social existente está muito limitado e a ação pública local é limitada pelo fato de que Trairão tem baixa arrecadação de tributos.

A meta é usar os recursos naturais para melhorar a qualidade de vida. Os passos para isso incluem o conhecimento da realidade local, a construção de alianças, instrumentos para a tomada de decisão e propostas de políticas públicas. Em reuniões locais sobre manejo ambiental em todas as municípios e distritos principais, foram identificadas demandas por meio de processos participativos. As demandas principais tinham a ver com política agrícola, saúde, educação e emprego, meio ambiente (desmatamento e queimadas), ausência de controle das madeiras pelo IBAMA, lixo, transporte e questões fundiárias.

Um plano de desenvolvimento sustentável rural foi desenvolvido com a participação de vários parceiros para atender as preocupações sociais e ambientais. Os critérios de seleção incluíram localização, organização, cobertura vegetal original, padrão de assentamento, pouca pecuária e êxodo rural. A metodologia incluiu análises econômicas e de cobertura vegetal, assim como planos de desenvolvimento setoriais. A escolha que se coloca no momento é entre a degradação com desigualdade ou o desenvolvimento sustentável.



### **6.3 Cooperação Internacional para Gestão Ambiental e Alívio da Pobreza: A Experiência do Vale do Jari - Jane Lovel, Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Amapá, e Marco Antônio Chagas, Secretaria de Coordenação da Amazônia/Ministério do Meio Ambiente (SCA/MMA), Amapá**

O DFID trabalha em cinco estados da Amazônia. No Amapá, Jane Lovel tem trabalhado com a agência ambiental estadual desde março de 2001. O contexto local na microregião do Vale do Jari no sul do Amapá envolve oito parceiros que buscam o desenvolvimento local para resolver graves problemas sociais, econômicos e ambientais por meio da construção de capacidade local usando processos de planejamento participativo. A história local inclui o megaprojeto de celulose de Daniel Ludwig e a Reserva Extrativista Rio Cajari.

Os parceiros incluem órgãos governamentais locais, estaduais e federais e uma fundação privada. As condições de saúde, educação e vida são precárias. A iniciativa busca capacitar instituições parceiras por meio do desenvolvimento de uma metodologia para uma abordagem participativa que todos os parceiros considerem adequada. Nos seminários realizados, alcançou-se acordo a respeito de 12 princípios gerais. A abordagem de meios de vida sustentáveis busca construir capital natural, social, humano, físico e financeiro. As iniciativas unindo pobreza e manejo ambiental variam desde a governança local, o aumento dos recursos dos pobres e a melhoria da qualidade do crescimento, no plano local, até a reformulação de políticas públicas internacionais e dos países industrializados. Embora possa parecer ambicioso, existem oportunidades para influir nas políticas públicas.

Enfim, os pobres são parte da solução, não apenas o problema. A gestão ambiental não pode ser tratada separadamente de vínculos importantes entre as três áreas. Os esforços locais contribuem para a realização de metas de desenvolvimento internacionais.

### **6.4 PROAMBIENTE: Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia - Cássio Alves Pereira, IPAM**

A produção familiar rural inclui pequenos agricultores e extrativistas de recursos florestais. A grande inovação em 1988 foi o Fundo Constitucional do Norte (FNO), seguido pelo PRONAF, Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX) e Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada (PRORURAL). Até então, o crédito rural beneficiava apenas os grandes proprietários. Depois, 100.000 produtores receberam crédito de R\$1 bilhão, uma quantia nunca antes sonhada. Houve sucessos e fracassos.

O PROAMBIENTE não é apenas um programa de crédito. Além do esquema existente, propõe-se um fundo ambiental e um fundo de apoio. 40% serão reembolsados para o banco operacional pelo Fundo Ambiental em função



da prestação de serviços ambientais, se houver cumprimento das exigências de certificação socioambiental. Alguns produtores que não querem crédito, especialmente quando seu capital natural vem da madeira.

As fontes de recursos deverão ser os fundos constitucionais, o PRONAF e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Os custos de R\$20.000 por família incluem custos operacionais de R\$5.000 por ano. O custo para um pólo de 500 famílias seria R\$10 milhões durante 15 anos. As fontes de recursos para o Fundo Ambiental deverão ser o MMA e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre várias outras. Os serviços ambientais incluem diversos elementos. O custo do Fundo Ambiental seria R\$800 por família por ano. Os recursos para o Fundo de Apoio viriam do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Integração Nacional (MI).

Estão previstos 12 pólos pioneiros em todos os nove estados da Amazônia, com duas mil famílias cada. O PROAMBIENTE é uma prioridade do plano de governo do Partido dos Trabalhadores para a Amazônia e conta com apoio político. A proposta está sendo finalizada com os consultores e os pólos pioneiros estão sendo implementados.

## 6.5 Discussão

Sobre o Programa Floresta Viva, Moacir Pinho, de Ilhéus, perguntou sobre as perspectivas dos novos mercados e sobre autoridades locais que empreendem ações concretas em áreas urbanas. Rui Rocha respondeu que o IESB recolhe R\$5 por dia de hotéis que podem pagar, mas o custo deveria ser arcado pelo setor público, uma vez que, por exemplo, essas atividades evitam o custo alto de manter infratores juvenis internados. Marcelo Araújo disse que as cooperativas parecem ser uma solução apropriada para a comercialização. Para as áreas urbanas, os conselhos ambientais municipais são responsáveis pelo licenciamento ambiental descentralizado. A sociedade civil local pode exercer influência mais direta, como acontece em Ilhéus. A destruição ambiental devida ao espraiamento urbano poderia ser evitado se as cidades menores retivessem mais população no interior.

Com relação a Trairão, Paulo Barreto queria saber quais instrumentos podem ser usados para lidar com os dois cenários e Bertha Becker perguntou se o assentamento já existia. Socorro Pena respondeu que o instrumento principal é o plano diretor. Os planos setoriais, como por exemplo os planos agrícolas para o PRONAF, são insuficientes. Trairão foi desmembrado de Itaituba há 10 anos.

Sobre o trabalho do DFID no Amapá, Bertha Becker perguntou sobre meios concretos de atacar a pobreza, que não é uma tarefa fácil. Em resposta, Jane Lovel frisou a importância da abordagem de baixo para cima, em que nada será imposto de Londres, Macapá ou Brasília.



Com relação ao PROAMBIENTE, Foster Brown queria saber como funciona a certificação socioambiental. Paulo Barreto indagou quais os serviços ambientais que seriam pagos e Carlos Vicente queria saber mais sobre o fundo para serviços ambientais. Bertha Becker questionou se o PROAMBIENTE poderia ser implementado em todo o Amazônia em vez de estabelecer experiências isoladas. Miguel Scarcello perguntou sobre a disponibilidade de pessoal técnico e Jarbas Costa sobre ações concretas de ajuda técnica. Em resposta, Cássio Pereira listou diversos serviços ambientais a serem remunerados, inclusive biodiversidade, carbono, recursos hídricos e desmatamento evitado. Os serviços serão certificados, não os produtos. A cadeia produtiva não faz parte da certificação. No caso de não cumprimento, voltar-se-ia ao crédito normal. A assistência técnica já existe e pessoal novo está sendo incorporado.

## 6.6 Resumo do Facilitador

O Brasil destaca-se pela abordagem socioambiental, que combina objetivos sociais e ambientais. Esta combinação coincide com os objetivos de USAID, como também aqueles do DFID, que adota a abordagem de meios de vida sustentáveis. A qualidade de vida constitui outra síntese entre meio ambiente e desenvolvimento no nível das pessoas. Embora haja muitas maneiras de conciliar meio ambiente e desenvolvimento, pelo menos para produtores familiares, evitando a degradação humana e ambiental, as situações ganha-ganha de desenvolvimento sustentável não são inevitáveis. Além de tais situações, pode haver também situações em que pelo menos um lado perde.

Para alcançar as metas, temos que ver concretamente de quem e de quê estamos falando. A pecuária e os grãos são muito diferentes da produção familiar rural. O Sul da Bahia tem culturas especiais como cacau e cupuaçu. As soluções encontradas neste contexto específico podem não ser aplicáveis no resto da Mata Atlântica ou na Amazônia. Eles podem não ser viáveis em áreas que são mais deprimidas, sem os benefícios de infra-estrutura instalada durante o ciclo de cacau no passado e em decorrência do turismo atualmente. Por exemplo, Trairão parece estar no outro extremo em termos de isolamento, infra-estrutura e recursos financeiros.

Temos que ver quem paga quais custos e se estes são públicos ou privados. Quando as práticas que envolvem apoio público alcançam escalas maiores, os custos para a sociedade ficam muito grandes. Mesmo assim, os investimentos talvez possam reduzir outros custos tais como aqueles decorrentes de danos ambientais ou da migração rural-urbana.

Maior atenção deve ser prestada à unidade de análise ou ação, seja municipal, como em Trairão, ou micro ou mesorregional, como no Sul da Bahia. Escalas diferentes são apropriadas para propósitos diferentes. Se o IPAM teve sucesso construindo capital social em Trairão, quanto tempo levaria para fazer o mesmo nos outros 25 municípios? Os pólos do PROAMBIENTE representam



outra unidade espacial, aparentemente menor que os municípios, possivelmente abrangendo mais que um. De qualquer modo, a focalização em pontos específicos pode ser incompatível com as abordagens regionais ou nacionais que se tornam necessárias para *mainstreaming*. O uso de dinheiro público para locais ou grupos específicos precisa ser justificado em termos mais amplos.

Também surge uma questão de planejamento em contraposição a execução. Os planos constituem um desafio, especialmente quando são mais abrangentes, mas não necessariamente funcionam. Obviamente, seu impacto depende de sua execução, e sua execução depende do realismo com que são desenvolvidos, de forma que eles possam ser postos em prática e amplamente replicados.

Algumas das soluções propostas dependem de adoção total, de 100%, sem graus intermediários. Por exemplo, no PROAMBIENTE, se um item da certificação é descumprido, podem ser perdidos todos os benefícios adicionais, voltando-se para o crédito normal. Mais atenção deve ser prestada à promoção de melhores práticas, sem necessariamente exigir a perfeição total, que é reconhecidamente inimigo do bom, ainda mais para famílias rurais de baixa renda.

Finalmente, um das características mais surpreendentes desta sessão foi a ausência aparente de conflito de qualquer tipo. O panorama parece bom demais para ser verdade no mundo real.

## **7 PAINEL: POLÍTICAS E PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ESCALA REGIONAL**

### **7.1 Desenho e Gerenciamento de Paisagens Sustentáveis que Conservam Biodiversidade enquanto Criam Espaço para a Exploração Agrícola Responsável - Mário Barroso, *Conservation International* (CI)**

A CI busca construir paisagens que conservam a biodiversidade. Estamos em uma crise de conservação, com várias ameaças de extinção. Os maiores problemas são a perda e a fragmentação de hábitat e o aumento do risco de extinção. O Cerrado ocupa a maior parte do Brasil Central. A área nuclear inclui Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, o Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. Já foram convertidos 75%. Como podemos reconciliar o uso agrícola e a conservação? O uso intenso de terra e água leva à degradação, produtividade reduzida e abertura de novas áreas. Hábitat e conectividade são necessários para a conservação, enquanto a estabilidade e o lucro são necessários para a produção. A exigência do Código Florestal de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APP) cria mosaicos. Supostamente, o Código foi feito por ambientalistas para ambientalistas. Na realidade, no entanto, os serviços ambientais incluem a água, os solos e a polinização.



O Corredor Cerrado-Pantanal estende-se do Parque Nacional das Emas no sudoeste de Goiás até o Pantanal. Inclui 19.000 km<sup>2</sup> de savana, floresta e campos, com 400 pássaros, 60 mamíferos e 90 répteis. As imagens de satélite mostram usos de terra diferentes. No projeto, foram feitos levantamentos de biodiversidade, gestão de paisagens, situação socio-econômica, impactos e situação legal. A expansão da agropecuária para áreas baixas causa erosão. A CI busca mudar o comportamento dos produtores por meio de diagnósticos participativos, mostrando alternativas, para incorporar a idéia de corredores nas políticas públicas federais, estaduais e municipais, sempre com vistas aos benefícios para a biodiversidade.

## **7.2 O Papel das Terras Públicas na Estratégia de Conservação e Desenvolvimento para a Amazônia Brasileira: uma Perspectiva de Ordenamento Territorial - Leonardo Lacerda, *World Wildlife Fund (WWF)***

A apresentação começou com informação sobre outros países de ocupação recente, a situação presente ao nível macro e outros instrumentos. Os Estados Unidos têm 54% do território em terras públicas. A Agência de Administração de Terra (*Bureau of Land Management*) controla a maior parte. A Amazônia tem 42% de sua área em terras devolutas. Muitas terras não são bem-definidas em termos legais. A alternativa seria parques e reservas "de papel"? Estudos do WWF mostraram que os parques de papel previnem o desmatamento porque a situação legal das terras afeta as decisões dos investidores.

A proposta destina parcelas de 10%, 20%, 30% e 40%, da seguinte maneira: 10% estariam em proteção integral, em vez de apenas 3,8%, 20% estariam em áreas desmatadas, em vez de 15%, 30% estariam em terras indígenas, em vez de 23%, e 40% seriam destinados à produção florestal controlada. Os resultados esperados seriam a redução da expansão da fronteira, o fim da conversão, um equilíbrio de 20%/80%, 35% em domínio privado e escassez relativa de terra, o que favoreceria a melhoria do manejo.

As oportunidades principais de implementação são os projetos de Terras Indígenas e de Áreas Protegidas da Região Amazônica (ARPA) no Programa Piloto, o PNF e florestas nacionais e estaduais. 20 milhões de hectares foram transferidos do INCRA ao IBAMA. Os instrumentos incluem o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a política de recursos hídricos. Os sistemas de monitoramento incluem o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), bem como o licenciamento ambiental do tipo feito em Mato Grosso.

Os desafios referem-se ao crescimento de mercados para carne e grãos, a necessidade de modificar o paradigma de *uti possidetis*, políticas apropriadas na ADA, a falta de consulta sobre políticas públicas e a falta de instituições para



cuidar das terras públicas. Podem ser superados pelo zoneamento. O Acre, que constitui um exemplo, decidiu que 65% de suas terras permaneceriam públicas, construiu uma estrada verde para se antecipar à ocupação e estabeleceu florestas públicas.

O ARPA foi o resultado da campanha do WWF e do Banco Mundial para alcançar 10% de proteção. Fernando Henrique Cardoso se comprometeu a estabelecer 10% de proteção integral na Amazônia e 9 milhões de hectares para o desenvolvimento sustentável. O projeto protegerá 25 milhões de hectares na Amazônia até 2012, implementando 12,5 milhões de hectares de áreas protegidas e 9 milhões de hectares em Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O resultado final será 12% da Amazônia em proteção integral.

Em setembro de 2002, foi criado o Parque Nacional de Montanhas de Tumucumaque, com 3,9 milhões de hectares, correspondendo a 43% da meta do ARPA. Este parque é um exemplo de falta de consulta e apresenta alguns problemas. É como se estivéssemos atravessando um rio a nado, alcançando a outra margem em algum lugar a jusante. Está na hora de pensar em terras públicas, uma oportunidade que se perdeu no Sudeste.

### **7.3 Perspectiva Inovadora de Criação e Gerenciamento de Áreas Protegidas: Programa Áreas Protegidas da Região Amazônica (ARPA) - Flávio Montiel, Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA/MMA)**

O Coordenador do ARPA citou a necessidade de mudança de rota a caminho da meta. Em 1997, a meta de proteção florestal era 10%, que pode ser ultrapassada agora. Inicialmente, foi prevista apenas a proteção integral, mas mais recentemente o uso sustentável foi agregada. Inicialmente, o uso sustentável será limitado a RESEX e RDS. A liberação de recursos pode começar em 2003. A meta é 41 milhões de hectares em áreas protegidas e 9 milhões em RESEX e RDS. A base é o seminário de Macapá do Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO).

A Fase I do ARPA estende-se a 2006 e o programa a 2012. O objetivo global refere-se à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável de modo descentralizado e participativo. Os objetivos específicos incluem financiamento e monitoramento. Há uma premissa de proteger pelo menos 10% de cada ecorregião. O projeto busca a formação de mosaicos de áreas protegidas. Não há nenhum conflito com as populações indígenas. Será oferecido apoio a comunidades em áreas circunvizinhas. Há um fundo fiduciário de US\$21 milhões. A coordenação por um comitê contempla possíveis conflitos. O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) administrará \$30 milhões doados pelo Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF). O projeto, com recursos totais de US\$395 milhões, trabalhará junto com outros projetos e programas.



#### **7.4 Cooperação Transfronteiriça para o Desenvolvimento e a Conservação: o Caso de Madre de Dios-Peru/Acre-Brasil/Pando-Bolívia, a Região MAP - Irving Foster Brown, Centro de Pesquisa Woods Hole (WHRC)**

Existe potencial de conflito entre as metas globais da conferência de Joanesburgo referentes à redução pela metade da população com renda inferior a US\$1 por dia até 2015 e a redução significativa da perda de biodiversidade até 2010. Assis Brasil, por exemplo, tem abundância de pobreza e biodiversidade. No MAP, a neve dos Andes é mais próxima que a cidade de Ji-Paraná, em Rondônia. Os recursos naturais são abundantes porém esgotáveis. A água está ficando escassa e importa-se madeira do Peru.

Podemos considerar a região tri-fronteiriça como o centro do universo. O vapor de água e a fumaça do MAP afetam o clima em pontos mais ao sul na América do Sul. Estão sendo construídas estradas para o Pacífico. A verdade freqüentemente tem dois lados. Há cenários de mudança de clima que prevêem aumentos de temperatura na Amazônia. A violência e o conflito já estão aparecendo na região. Foi lançada uma Declaração de Rio Branco em junho de 1999. Um comitê da MAP foi formado e foram realizadas várias reuniões e seminários internacionais. As fronteiras internacionais podem ser vistas como separações ou como oportunidades para a cooperação. Há que se formular recomendações para políticas públicas. O ano 2050 não está distante e as gerações futuras sentirão os efeitos daquilo que fazemos agora.

#### **7.5 Discussão**

Luis Paulo Pinto comentou que um estudo da CI sobre 95 áreas protegidas em países tropicais confirma sua eficácia. As áreas protegidas possibilitam melhor conhecimento da biodiversidade e dos processos ecológicos. O estudo também documenta as conseqüências de isolamento por fragmentação, que podem ser parcialmente compensadas por meio de corredores ecológicos.

Sobre a apresentação do WWF, Paulo Demeter perguntou até que ponto os estudos em Rondônia podem ser generalizados, observando que as terras públicas na Bahia estão sendo saqueadas. Miguel Scarcello perguntou sobre a possibilidade de destinar 40% da Amazônia para o uso sustentável áreas em públicas e privadas. Bertha Becker queria saber se "públicas" queria dizer estadual ou federal. Leonardo Lacerda respondeu que a dilapidação da floresta pode ocorrer por meio da caça ou da extração de madeira, mas os fazendeiros querem saber sobre a situação legal das terras antes de começar a desmatar para plantar culturas ou pasto. Jane Lovel comentou que o processo de criação do Parque de Tumucumaque deixou apenas duas semanas para comentários por e-mail, o que está longe de ser uma consulta suficiente. Por outro lado, o Instituto Tumucumaque será criado.



Luis Paulo Pinto disse que o ARPA representa um marco histórico para a conservação no Brasil. Ricardo Tarifa perguntou o que significa "consolidação". Flávio Montiel mencionou planos de manejo e fiscalização para consolidação. Tumucumaque foi realmente um processo difícil, empreendido para alcançar uma meta de conservação ao término do governo atual, mas o programa ainda não está funcionando. O programa prevê o assentamento. Tumucumaque apresentou uma oportunidade rara. O processo de consulta não foi apropriado. Leonardo Lacerda disse que o WWF financiou consultas, mas é necessário discutir o que constitui uma consulta adequada.

Sobre a região MAP, Bertha Becker questionou a escassez de água potável, indagando se as comunidades locais já tinham essa água, e perguntou que ação internacional poderia ser implementada. Foster Brown chamou a atenção para a ironia do fato de que a água e a madeira podem se tornar escassas na floresta tropical pluvial. É a poluição que torna escassa a água potável. Por outro lado, diversos exemplos de ação trinacional o deixam otimista.

## 7.6 Resumo do Facilitador

Os dois painéis anteriores, sobre manejo florestal e pobreza, focalizaram a produção, mas este painel focalizou principalmente a conservação, embora tenha levado em conta a produção em escala maior, como pastagens para pecuária e plantações de grãos, que são as principais causas de desmatamento.

A sessão também propiciou um marco comparativo geral. Destaca-se que, no Brasil, estamos falando sobre escalas de conservação que teriam sido inimagináveis quando o programa da USAID começou. Há 15 anos, um cientista americano proeminente disse em Belém que não restaria nada da floresta amazônica em duas décadas. Não foi isso que aconteceu, devido em grande parte aos esforços de conservação.

É uma fonte de grande satisfação ver que as áreas protegidas evitam o desmatamento até mesmo quando são apenas "parques de papel". Assim, embora cheguemos à praia num ponto mais distante rio abaixo, nossas revisões estão jogando para cima, em vez de serem mais pessimistas.

Com respeito a corredores ecológicos, que são planos interessantes, a questão é como implementá-los, especialmente como combiná-los com o Código Florestal, que se aplica igualmente a todos, sem distinções espaciais. Planos que vêm de cima para baixo, como pode ser com o zoneamento, têm um ranço autoritário. O zoneamento no sentido de definir usos de terra é uma forma de discriminação. Como se pode conciliar decisões individuais e coletivas? Como podemos combinar consulta, conservação, conflito e consenso à escala regional?



Os esforços regionais na Amazônia estão transbordando para países vizinhos na bacia amazônica, sem mencionar o continente, o planeta, as galáxias ou o universo, cujo centro, ficamos sabendo, foi descoberto no Acre.

Comparado com alguns anos atrás, também estamos falando sobre outras escalas de tempo, não só os prazos dos projetos, de poucos anos, mas 2012, 2050, nossos netos e seus netos, as gerações futuras. Logo estaremos falando sobre o século XXII.

No final, Flávio Montiel acrescentou que o governo do Estado do Amazonas só quer unidades de conservação de uso sustentável e rejeita a criação de unidades de proteção integral. Devemos deixar de falar sobre os eixos de integração e desenvolvimento e começar a falar sobre pólos de desenvolvimento sustentável.

Mário Barros, por sua vez, explicou a implementação de corredores ecológicos aplicando-se o Código Florestal por meio de condomínios de Reservas Legais, em trabalho conjunto com o Ministério Público. Os condomínios serão localizados em áreas críticas, junto com reservas privadas e áreas turísticas.

## **8.0 CONFERÊNCIAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **8.1 Novas Tendências no Desenvolvimento Regional: Desenvolvimento *versus* Ocupação - Bertha Becker, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

Bertha Becker começou dizendo que seria um "complicadora" provocativa em vez de uma facilitadora. Transformações profundas aconteceram na Amazônia a partir dos anos sessenta. As principais mudanças estruturais incluem a conectividade, a industrialização, a urbanização, as redes socioambientais e a organização da sociedade civil. Mitos modernos, que não reconhecem essas transformações, dificultam a formulação de políticas públicas apropriadas.

A Amazônia já foi integrada. Em 1985, a criação do Programa Calha Norte e do Conselho Nacional de Seringueiros foi um ponto de inflexão. Havia apoio forte da cooperação internacional. Projetos alternativos foram organizados de baixo para cima baseados em sociobiodiversidade. 1996 foi outro marco, com a retomada do planejamento no Brasil. No entanto, corredores de conservação cruzaram-se com corredores de desenvolvimento. A globalização implicou a politização da natureza como também seu mercantilização. Surgiram mercados para ar (carbono), vida (biodiversidade) e água (recursos hídricos).

A nova geografia amazônica reconhece a heterogeneidade e a diversidade interna. Há imagens fixas que devem ser apagadas. A Amazônia não é mais uma fronteira nacional de expansão econômica e demográfica. As fronteiras são mais localizadas, especialmente ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e Porto-



Velho-Manaus-Boa Vista, como também no Acre. Devemos apagar expressões obsoletas como o "Arco de Desmatamento" e "Arco de Fogo", onde o Carajás e a soja fazem parte de uma fronteira consolidada. A Amazônia Legal foi uma construção geopolítica.

A nova política regional requerida pela nova geografia deve estar baseada no desejo dos estados pela consolidação e o desenvolvimento, com modelos diferentes, desde o modelo da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) até o uso sustentável da Amazônia. A força motriz será o Avança Brasil. Precisamos ver a floresta, não só terra. O projeto não pode ser restrito à Amazônia brasileira. Devem ser promovidos projetos socioambientais e de negócios ecológicos (*ecobusiness*) em arranjos locais (*clusters*), com densificação de pólos para melhorar sua competitividade. Há que se pensar na industrialização da biodiversidade, por meio, por exemplo, de pólos cosméticos com cadeias produtivas que alcançam o interior, embora ainda nos falte o conhecimento necessário para farmacêuticos.

## **8.2 Entre o Fim e o Meio: qual a função das ONGs nas Políticas Públicas para a Amazônia? - Ana Cristina Barros, IPAM**

A apresentação incluiu reflexões sobre a experiência do IPAM e outras ONGs com o governo. O fim seria o desenvolvimento regional sustentável e os meios seriam o fortalecimento do governo mediante a sociedade e os mercados. O IPAM mudou de posicionamento crítico com relação ao Avança Brasil em 2000 para assinatura de um subcontrato para elaboração de indicadores ambientais em 2002, como parte da revisão ambiental do programa. Pode-se dizer que mudou de lado?

Outros casos de participação de ONGs incluem a recuperação de áreas degradadas, a certificação florestal e as florestas públicas. Os numerosos custos dessa participação incluem o risco de perda de autonomia devido a contratos, princípios de trabalho, relações financeiras, envolvimento e ameaças à reputação. As ONGs acabam disfarçando a falta de conhecimento e capacidade do governo e das universidades e institutos públicos. Há perda de redundância por causa do número pequeno de ONGs envolvidas. As ONGs podem perder vista a totalidade quando executam tarefas específicas. Há perda de continuidade quando não são institucionalizadas os levantamentos básicos.

A licitação para a revisão ambiental do Avança Brasil foi decidida com base em menor preço. Ganhou a mesma empresa que fez o plano a ser revisado. As ONGs não devem executar projetos regionais, uma vez que a escala dificulta a conclusão dos processos. Uma área nova de trabalho seria melhorar o funcionamento de agências regionais. As ONGs ficaram menos críticas e o debate ficou mais ideológico. Outros grupos poderiam assumir o papel de prestação de serviços.



### 8.3 Discussão

Flávio Montiel observou que o governo vem funcionando por meio de contratos de consultoria com organismos internacionais, mas isto mudará em 2003. Os técnicos dos ministérios de Saúde e Meio Ambiente são principalmente consultores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A empresa que ganhou a licitação recebeu US\$15 milhões para preparar o portfólio de eixos. Como pode ser contratada para revisar sua própria proposta?

David Cleary disse que, para ele, as duas conferências de contextualização justificaram a viagem a Ilhéus. A mudança de oposição para situação requer o repensamento de conceitos subjacentes de papéis apropriados para o governo e as ONGs. Em outros países, ocorre a terceirização. Ana Cristina Barros parece menosprezar o potencial disso. A questão diz respeito ao preço a pagar pela participação.

Paulo Demeter, comentando que Bertha Becker realmente foi provocativa sobre a água, queria saber sua opinião sobre a legislação nova sobre recursos hídricos. Sobre o papel das ONGs, a FASE trabalha com a educação popular. As ONGs têm suas limitações, mas as políticas públicas freqüentemente ficam apenas no papel. Ana Lúcia da Cruz perguntou como seria o controle social.

Em resposta, Ana Cristina Barros defendeu uma "visão tradicional" do papel do governo. O problema com a terceirização diz respeito ao modo em que é feita no Brasil.

Rui Rocha disse que as ONGs devem estar na vanguarda, exercendo o papel de "sinalizadores do futuro". Perguntou sobre as relações entre as regiões e sobre a Mata Atlântica. Em resposta, Bertha Becker explicou o processo de reconcentração espacial do crescimento econômico no Brasil.

Miguel Scarcello opinou que temos que lidar com as instituições que existem ao nível local. Como podemos fazer o setor público funcionar melhor? Podemos induzir processos dentro do governo. O pessoal técnico dos órgãos governamentais deve ser estimulado a realizar seu potencial. As discussões devem ser técnicas, não só políticas. Devemos trabalhar com, não para, e mostrar como, não fazer.

Rita Mesquita chamou a atenção para o fato de que os institutos de pesquisa governamentais podem ter um papel semelhante às ONGs. O governo não está preparado para receber críticas de seu próprio pessoal nesses institutos. Os foros devem ser mais importantes no governo novo.

Carlos Vicente disse que o Estado está em crise e que temos que consertar o avião em pleno voo. O Acre não estava preparado para os desafios que enfrenta



atualmente. Para se preparar, aprovou uma lei de OSCIPs e está buscando pessoal treinado.

#### **8.4 Resumo do Facilitador**

Os comentários instigantes e provocativos de Bertha Becker ajudam a estabelecer a verdade e desmontar mitos que cercam a Amazônia, localmente e globalmente, dizendo o que tem que ser dito. A lição mais importante talvez seja que os diversos participantes do Programa Ambiental da USAID precisam entender o contexto nacional e internacional, o que em muitos casos exige a ajuda de especialistas.

A conferência gira em torno de dois eixos, um que tem que ver com unidade e diversidade no espaço e o outro com continuidade e mudança no tempo. Quanto a divisões no espaço, há numerosas possibilidades. As macroregiões não são mais muito significativas. A heterogeneidade interna da região amazônica precisa ser reconhecida. Unidades menores como aquelas sugeridas pela Professora Becker para a Amazônia, ou unidades menores, como micro ou mesorregiões, podem ser mais apropriadas para o planejamento e para a implementação de programas. Provavelmente seja útil pensar menos em termos de recortes categóricos e mais em termos de transições e processos.

Quanto à dimensão temporal, se 1985 e 1996 foram marcos importantes, poder-se-ia perguntar o que será 2003. Não devemos esquecer que este momento pode ser um marco importante na história brasileira, com conseqüências significativas para a região amazônica.

Tanto nas dimensões espaciais quanto nas temporais, o recorte em segmentos distintos pode ser útil para entendermos as diferenças, mas gera também um risco de reificação das regiões e dos períodos. O mundo real é composto de transições no espaço e no tempo e quase todas as diferenças são relativas, não absolutas.

Ana Cristina Barros fez um esforço valente de reflexão sobre a experiência de IPAM no trabalho direto com o governo federal, do qual vinha adotando um postura muito crítica. Ela conseguiu avanços significativos. O espírito remanescente de resistência à ditadura que caracteriza boa parte da ação das organizações não governamentais pode ser mais forte entre os grupos socioambientais que entre os grupos conservacionistas, que normalmente são menos politizados.

Está se tornando cada vez mais claro que o papel das ONGs não é nem fazer oposição sistemática anti-governamental nem montar estruturas paralelas para substituir o governo. Muitas ONGs estão sendo propositivas em vez de apenas denunciar. Propostas realistas para políticas públicas, para que o governo funcione melhor, requer qualificação profissional, o que também custa dinheiro.



Ana Cristina Barros identificou alguns dos custos e riscos de prestar serviços mediante contratos com o governo. No entanto, prestar serviços não é tudo que as ONGs fazem com relação a políticas públicas. Organizações e redes tais como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a FASE, o Fórum de ONGs da Amazônia Oriental (FAOR), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), que não são parceiros oficiais da USAID, mas têm alguma interação, como foi visto em reuniões anuais recentes, exercem influência sobre as políticas públicas de diversas formas. Se esta influência for o fim, os meios que as redes usam também devem ser considerados, não apenas os meios dos executores dos projetos da USAID.

O título da apresentação sugere que os meios (prestação de serviços para o governo) sejam inerentemente maus. Isto pode soar estranho, quando dito por grupos apoiados pela USAID por meio, precisamente, de contratos governamentais. Também parece anacrônico no Brasil, a não ser que se considere que a democracia permanece muito incompleta, o que é crescentemente difícil de defender, dados os resultados das eleições recentes.

O Programa Ambiental da USAID começou há mais de uma década tão longe quanto possível do governo, de forma quase clandestina, embora fosse claramente aceito pelo governo brasileiro. As primeiras atividades com o governo envolviam o treinamento individual, e evoluíram para o envolvimento institucional crescente. Depois de 1999, surgiram comentários maldosos que as ONGs assumiram o Ministério do Meio Ambiente. O que dirão agora?

Nossas reflexões sobre o papel adequado da ação das ONGs devem levar em conta o contexto histórico variável e as ações não só de executores de projetos da USAID, mas também do contexto mais amplo da sociedade civil, incluindo os movimentos sociais, sindicais e empresariais e, no caso da pesquisa, as universidades e institutos de pesquisa oficiais, que podem ser considerados organizações semi-governamentais.

## **9 ENTREGA DE PRÊMIOS DE RECONHECIMENTO DA USAID**

Foram apresentados prêmios a sete "Potencializadores Ambientais", pessoas que se destacam na área ambiental pelos esforços extraordinários de avançar no "trabalho de formiguinha" que leva a conquistas na proteção do meio ambiente. São pessoas que têm uma capacidade especial de agregar parcerias em torno de uma causa comum. Mais que um prêmio ambiental, é um reconhecimento das habilidades no trato das pessoas, na construção de relacionamentos baseados na confiança e no respeito mútuo. Os indivíduos premiados souberam captar o momento para agir em benefício do homem (e das mulheres) em seu ambiente florestal.



- **Eunice Pereira da Silva (Dona Eunice), Jupará** - A USAID tem muito orgulho de ter contribuído para a capacitação de Dona Nice quando participou dos cursos e oficinas sobre saúde reprodutiva. A faculdade de liderança e perseverança dessa senhora foi fundamental na disseminação dos conhecimentos sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e principalmente sobre auto-estima, promovendo o desenvolvimento da organização comunitária, da agroecologia e do fortalecimento das mulheres enquanto gênero atuante, autônomo, criativo e com papel relevante nas decisões e ações dentro da comunidade. Dona Nice hoje, além de representar suas companheiras em fóruns locais, regionais e nacionais, passou a discutir e influenciar políticas especialmente com relação às agricultoras. Sua atuação foi notável em campanhas como "Nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentação". Por essa contribuição consistente à legitimação das mulheres como proprietárias de lotes de assentamentos de reforma agrária e saúde reprodutiva das mulheres, entre outras, a USAID tem o prazer de reconhecê-la através desse prêmio.
- **Cássio Alves Pereira, IPAM** - Controlar queimadas é um dos maiores problemas na Amazônia e requer mudança de hábitos culturais arraigados, aprendizado de como manejar o fogo, além de alternativas técnicas e políticas inovadoras que viabilizem novas formas de lidar com o desafio da produção sem fogo. Exige também um trabalho comunitário no sentido da conscientização, organização e participação nas decisões. A dedicação de técnicos abnegados e persistentes na busca de soluções para esses problemas junto às comunidades tem gerado avanços que merecem nosso registro. O PROAMBIENTE já está com seu modelo para estrutura de financiamento desenvolvido e vai subsidiar a manutenção dos serviços ambientais e o seqüestro de carbono pela pequena produção rural na Amazônia. O Plano Municipal para a Agricultura Familiar de Paragominas foi aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento em maio passado após longo trabalho de discussão com comunidades de agricultores familiares. Esse plano deverá trazer investimentos em infra-estrutura e serviços sociais na ordem de R\$28 milhões, beneficiando 22 comunidades rurais (3 mil famílias) no Município de Paragominas. Ambas as conquistas contaram com a assistência técnica fundamental de Cássio Pereira. E é pela sua contribuição discreta mas firme e consistente à geração de alternativas de produção sustentável na Amazônia que a USAID tem o prazer de reconhecê-lo através desse prêmio.
- **Carlos Antônio da Rocha Vicente, Secretário de Extrativismo e Florestas, Acre** - É incomum aceitar o desafio de demonstrar novos conceitos. Mais ainda, ousar implementá-los. Há quase quatro anos, o



conceito do "Novo Extrativismo" está sendo demonstrado e implementado no Acre. O "Novo Extrativismo" pressupõe a definição de políticas que viabilizem uma produção agroflorestal familiar, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento. Essa é uma das propostas do Governo do Acre, também conhecido como Governo da Floresta. O objetivo central dessa proposta é valorizar a base, a estrutura e o potencial florestal do Estado. Como Secretário de Extrativismo e Florestas dessa equipe de governo, Carlos Vicente encarou o desafio e o vem desempenhando de forma competente, determinada e comprometida com os fundamentos do desenvolvimento sustentável. Por ousar demonstrar e implementar o conceito do "Novo Extrativismo" no Acre é que a USAID tem a satisfação de reconhecê-lo através desse prêmio.

- **Rui Barbosa da Rocha, IESB** - Rui Rocha está sendo reconhecido pelo esforço em desenvolver o Programa Floresta Viva, uma iniciativa junto com os produtores rurais na Área de Proteção Ambiental (APA) de Serra Grande/Itacaré. Este programa também inclui o componente "Renda Mínima para Conservação", uma contribuição de empresários na área de turismo ecológico para o bem estar e permanência destes produtores rurais. O envolvimento do Rui no planejamento de desenvolvimento do corredor Ilhéus/Itacaré começou com a questão da pavimentação da estrada como estrada-parque e continuou com o apoio para o estabelecimento do Parque Estadual da Serra do Condurú. Rui comentou neste encontro que o papel dos grupos não-governamentais é de ser um "sinalizador do futuro", que certamente se aplica na liderança mostrada por Rui.
- **IMAZON, Equipe Florestal** - Paulo Barreto está sendo chamado para receber o prêmio em nome do equipe florestal do IMAZON pelo conjunto da obra sobre manejo florestal sustentável na Amazônia brasileira. Mais do que as inúmeras publicações, livros e livretos, mais do que as pesquisas e os diagnósticos de qualidade, mais que a articulação efetiva com a indústria madeireira e o setor público, o IMAZON criou nos seus doze anos de existência um arriscado plano de conservação florestal partindo da realidade e possibilidades de transformar um dos setores econômicos mais problemáticos, mas que mais gera empregos na Amazônia, plantando as sementes de uma visão empresarial de manejo florestal, e contribuindo para a consolidação de uma estratégia florestal brasileira para o desenvolvimento da Amazônia.
- **Manoel Pereira Dias, Cikel Brasil Verde S.A.** - O objetivo de transformar uma grande empresa de exploração florestal tradicional em empreendimento florestal de manejo pleno já é um grande desafio. Adaptar-se aos padrões e exigências do selo do Conselho de Manejo Florestal (FSC) é um passo maior ainda, que exige muita coragem e



visão empresarial. Mas Cikel Brasil Verde S.A., depois de sete anos sediando o centro de treinamento da Fundação Floresta Tropical em Cauaxi (desde 1995), observando e calculando os possíveis benefícios para a empresa, tomou a decisão de buscar a certificação. Em maio de 2001 a Cikel se tornou o maior produtor brasileiro de madeira certificada, com 140.658 hectares certificados de um total de 206.411 hectares sob manejo na região de Paragominas. A Cikel também está em processo de ter mais 100.000 hectares certificados na região do Rio Pacajá. Por liderança no setor e visão de um futuro florestal para a Amazônia, a USAID tem o prazer de reconhecer Manoel Pereira Dias através desse prêmio.

- **Bertha Koiffmann Becker, UFRJ** - Pensar um País extenso geograficamente, diverso sócio-culturalmente e complexo política e economicamente como o Brasil não é uma tarefa simples. Além disso, ter a capacidade de prever a evolução dos fenômenos espacial e temporalmente é um desafio que somente anos de dedicação permitem. Essa tem sido a contribuição valiosíssima da Professora Bertha Becker, cujo trabalho tem produzido alguns dos mais importantes estudos sobre a ocupação territorial, a geopolítica e o meio ambiente no Brasil. Nesse trabalho, a Amazônia destaca-se como foco privilegiado, como acabamos de ouvir em sua mais recente palestra para o público aqui presente. Considerada uma das personalidades da Geografia brasileira, a Professora Bertha Becker destaca-se pela sua contribuição ao pensamento estratégico na formulação da política de desenvolvimento regional no Brasil. Ela tem desempenhado sua função com a jovialidade, simpatia e leveza própria dos espíritos eternamente jovens. Pelo seu legado profissional e pessoal é que a USAID tem o prazer de reconhecê-la através desse prêmio.

## **10 CONFERÊNCIAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **10.1 Limites para a Produção Sustentável nos Mercados em Larga Escala - Eliane Anjos e Elizabete Vicentini, Natura**

A Natura, uma empresa brasileira fundada em 1969, é a maior empresa no ramo de cosméticos na América do Sul. Promove a venda direta ao consumidor em todo o Brasil. O lema é "Bem Estar Bem", buscando a interdependência harmoniosa do universo e reconhecendo que nada existe por si só. As atividades não devem ser apenas economicamente viáveis, como também social e ambientalmente sustentáveis. A empresa defende a ética e a responsabilidade social, excluindo qualquer trabalho infantil, como também a responsabilidade ambiental. Exige o licenciamento ambiental e realiza auditorias ambientais e sociais de seus fornecedores. O governo não está equipado para isto. Deve ser melhorada a qualidade de vida nas comunidades onde se extraem as matérias-primas.

A cadeia produtiva inteira é coberta, na medida do possível, por um sistema de monitoramento para assegurar o comércio justo. Consideram-se o ar, a água, o solo, o desperdício industrial, o ruído e as vibrações. As matérias-primas incluem o buriti, o cacau, o guaraná, a castanha do Brasil, a copaíba, o cupuaçu, a erva mate e a pitanga, entre outras. A certificação do FSC é usada com um processo de seis etapas, enquanto a da *Conservation Agriculture Network* (CAN) é usada para as culturas plantadas. O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) faz a certificação. Só uma pequena parte da rica biodiversidade brasileira foi estudada. A Natura trabalha com vários projetos com respeito pelas relações ao longo da imensa cadeia de vida. O sítio é [www.natura.net](http://www.natura.net).

## 10.2 Discussão

Domingos Macedo perguntou sobre o valor da imagem comunitária. Respondeu-se que a primeira parte do compartilhamento dos benefícios é material, o segundo, o conhecimento tradicional, e o terceiro o uso da imagem das pessoas ou da localidade. Há contato direto com as comunidades em vez de contato intermediado por fornecedores.

Quando perguntado se só mulheres trabalham na Natura, Eliane Anjos respondeu que 90% são mulheres.

Paulo Barreto inquiriu sobre o custo adicional dos procedimentos e sobre as dificuldades que surgem entre as comunidades. Também foram levantadas questões sobre o número de famílias envolvidas e o volume de matéria-prima atualmente e nos próximos cinco anos. Respondeu-se que está sendo feita a contabilidade para o ISO 14000. Poucas comunidades resistem a adoção de novos procedimentos. Quanto a empresas, os custos não podem ser aumentados por causa do simples cumprimento da lei. As empresas precisam explicar às comunidades o que é ambientalmente correto.

David Cleary perguntou sobre a palavra "limites" no título da apresentação. Como se pode conciliar oferta e demanda? O lucro é suficiente para manter uma estrutura tão grande? Eliane Anjos pensou em legislação como um limite em vez de fatores como a sazonalidade.

Angela Tresinari notou o vínculo feito com biodiversidade depois de criação da linha Ekos e perguntou se esta ligação aumentou a demanda. Jarbas Costa perguntou sobre as expectativas geradas pela propaganda. A Natura usa uma bola de cristal? Respondeu-se que poucos consumidores estão dispostos a pagar mais.



### **10.3 Resumo do Facilitador**

Uma vez mais nesta reunião, tivemos a oportunidade de participar de uma troca de idéias com uma empresa grande. A Natura tem um histórico sólido, não só uma idéia interessante que pode funcionar ou não. Sua preocupação com a natureza e as comunidades é sem dúvida um sucesso comercial. Este resultado concreto realmente constitui uma combinação muito feliz.

Para aqueles que trabalham com comunidades e estão familiarizados com todas as dificuldades de fornecer quantidade suficiente de produtos com regularidade e qualidade, o trabalho da Natura parece ser inacreditavelmente fácil. Seria útil saber como os princípios magníficos são postos em prática ao nível de comunidade no que diz respeito ao fornecimento de matérias-primas.

A Natura estabelece contato direto entre o dois extremos, uma empresa completamente moderna da parte mais desenvolvida de Brasil e comunidades locais tradicionais dispersas no interior. O desafio é superado com lucro, mas sem qualquer pagamento de prêmios por produtos ambientalmente certificados. É claro que, se a margem de lucro for muito grande, podem eventualmente surgir questões sobre o compartilhamento dos benefícios.

## **11 PAINEL: MERCADOS PARA COMUNIDADES**

### **11.1 O Desafio da Construção do Novo Extrativismo no Acre - Carlos Vicente, Secretaria de Extrativismo e Florestas (SEFE), Governo do Acre**

O Acre tem muita floresta com poucas pessoas. As 25 mil famílias extrativistas são vistas como teimosas, persistentes e atrasadas. O desafio é usar a floresta como passaporte por pessoas que moram na floresta e nas cidades para melhorar sua qualidade de vida. O governo eleito em 1998 criou a SEFE. O neo-extrativismo não é visto como uma atividade econômica, mas como um modo de vida que incorpora a modernidade na tradição. Antes, havia uma base limitada de produtos (borracha), com baixa produtividade, baixa renda e baixo poder aquisitivo.

Agora surgiram produtos novos que incorporam tecnologia e agregam valor, melhorando os preços e promovendo a comercializando e compras de forma coletiva. Os preços relativos mudaram de 1 kg. de açúcar para 3 kg. de borracha para apenas 1 kg. de borracha. Os produtos novos incluem couro vegetal, preservativos, castanha do Brasil, copaíba, andiroba e murmuru, entre outros. Há necessidade de planos de manejo e técnicas para extração. Foram definidas melhores práticas. Buscam-se mercados selecionados com certificação (selo verde, comércio justo, produtos orgânicos) para diversos tipos de produtos de consumo (cosméticos, medicamentos, higiene, moda).



Outra estratégia é participar do processamento, tanto primário quanto final. As soluções incluem ZEE e a formulação de respostas a perguntas-chaves, o desenvolvimento sustentável de cadeias produtivas, o trabalho do mercado para trás e a identificação de gargalos. Os resultados foram que a produção de borracha e o número de famílias envolvidas aumentaram em 200%. Mil famílias regressaram para a floresta, R\$5 milhões foram canalizados pelo PRODEX e mil seringueiros foram treinados. Na prática, isto corresponde a pagamento por serviços ambientais, mas não se chama assim porque o assunto ainda não foi discutido suficientemente. A borracha foi vista inicialmente como uma volta ao passado, mas agora está sendo vista como uma solução.

### **11.2 Valorizando o Potencial Feminino nos Negócios em Conservação: Projeto Comunitário Óleos Essenciais e Produtos Afins - Barbara Schmal, Associação Vida Amazônia, Silves - AM**

Os gregos escreveram sobre mulheres guerreiras e Orellana encontrou as Amazonas em sua viagem. O município de Silves é localizado 300 km a leste de Manaus. Quando a associação de mulheres locais começou a fazer sabão de pau rosa, a glicerina teve que ser comprada em São Paulo. Depois, elas receberam ajuda do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e começaram a exportar, enfrentando toda a burocracia complexa. As doações de sabão eram ilegais. Uma vez que o pau rosa é uma espécie ameaçada, há necessidade de um plano de manejo. A associação só trabalha com folhas e galhos, sem derrubar as árvores. Será levantado o potencial aromático na várzea. O projeto canaliza a energia feminina. Enfim, as Amazonas existem.

### **11.3 Ecobuchas: Criando Oportunidades Empresariais e Recuperando o Solo - Valentim Messias Degasperi, Empresa Ecobuchas, Teodoro Sampaio - SP**

Inicialmente, o locutor fez um comentário sobre sua experiência na Transamazônica e a luta pela terra em São Paulo. Ele vive agora em um assentamento da reforma agrária em Mirante, no Pontal do Paranapanema. O ponto de partida foi a conclusão de que "homens no vermelho não protegem o verde". O produto que acharam no Pontal foi buchas orgânicas para higiene, saúde e estética. A matéria-prima é produzida facilmente por todos os assentados. Os produtos novos podem incorporar ervas aromáticas. Os vários impactos ambientais positivos incluem solo, reflorestamento, nível de água, nascentes e biodiversidade. O produto é ambiental e socialmente sustentável. A análise econômica mostra um lucro médio de 21% em relação a um investimento inicial de apenas R\$17.000. O sítio é [ecobuchas@bol.com.br](mailto:ecobuchas@bol.com.br).



#### **11.4 Construindo Processos de Agregação de Valores: Certificação Participativa - Jarbas Anute, Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE)**

O locutor apresentou um vídeo sobre uma cadeia produtiva sustentável da comunidade indígena Apurinã no Km. 45 da estrada de Rio Branco para Boca do Acre. Marfim vegetal do coco jarina é transformado em bijuteria, usando-se fios de fibra vegetal, entre outros tipos de atividade integradas. A comercialização do produto e do processo utiliza um logotipo, um catálogo, um sítio de Internet etc. O monitoramento periódico é usado para ajustar o processo. Torna-se necessário solucionar conflitos que surgem durante o projeto. Um dos problemas principais era o abandono de outras atividades, inclusive a produção de alimentos. As estratégias referem-se à integração de setores produtivos e mercados. No que diz respeito a políticas públicas, um grupo de trabalho sobre produtos florestais não-madeireiros está discutindo uma instrução normativa para regular esses produtos. O desafio é tornar a certificação participativa acessível e inclusivo, sem excluir os pobres rurais, e sustentável, considerando tanto os produtos quanto os processos. Isto pode ser feito por meio de uma garantia (aval), não necessariamente envolvendo a certificação.

#### **11.5 Agroecologia, Cacau e Conservação da Mata Atlântica - Eunice Pereira, Jupará Agroecológica, Ilhéus, BA, e Luis Cláudio dos Santos Souza, Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtores Agroecologistas do Sul da Bahia (COOPASB), Ilhéus, BA**

A Jupará presta assistência agroecológica para o desenvolvimento comunitário rural, enquanto o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) trabalha com as mulheres e a produção orgânica. A COOPASB espera trabalhar com a agroindústria e produtos novos. Foram apresentadas demandas para o INCRA que resultaram em 14 assentamentos com 11.134 hectares, beneficiando 564 famílias que estavam acampadas. R\$8 milhões estavam gastos com expropriação e R\$4,7 milhões foram recebidos em créditos do PRONAF. Há uma fábrica de composto orgânico. A produção orgânica é certificada pelo Instituto Biodinâmico (IBD) para guaraná, pimenta-do-reino, cacau, piaçava, urucum e cravo-da-índia. O resultado ambiental é 13 mil hectares em agroecologia, enquanto os benefícios sociais referem-se a inclusão, organização e equilíbrio de gênero.

#### **11.6 Discussão**

Ricardo Tarifa perguntou sobre neo-extratativismo e manejo florestal de uso múltiplo. Miguel Scarcello perguntou quanto tempo é necessário para consolidar e que peso é dado a madeira e produtos florestais não-madeireiros pelo governo estadual e pelo setor privado. Paulo Demeter perguntou quais são os critérios para a terceirização. Moacir Pinho perguntou sobre a relação com o movimento social



organizado, enquanto Flávio Montiel inquiriu sobre a legislação ambiental e a certificação, uma vez que muitos planos de manejo foram cancelados.

Carlos Vicente respondeu que a discussão está em curso sobre a ideologia de neo-extratativismo, que precisa competir com valores insustentáveis como a preferência por caminhões. As madeiras não estavam interessadas, mas seu peso econômico e político é relativamente pequeno no Acre. Respondendo Paulo Demeter, ele acentuou a necessidade de diálogo, ao invés de uma abordagem passiva, de balcão. O Acre quer se tornar o melhor estado para produtos certificados. O governo estadual tem excelentes relações com os movimentos sociais, que são freqüentemente tímidos na pressão sobre o governo na disputa por recursos. As ONGs precisam de canais mais sólidos com o governo.

Joaquim Jordá do IESB questionou Jupará sobre ocupação e atividades no entorno das unidades de conservação. Ele também questionou Jarbas Costa sobre a metodologia para certificação. Foram levantadas perguntas adicionais sobre a invasão de Reservas Legais e APPs.

Observou-se que a certificação costuma estar baseada no ponto de vista do consumidor. Como podem os próprios produtores promover a certificação com credibilidade? Valentim Degasperi respondeu que a experiência da Ecobuchas é nova e discussões ainda estão em curso. Jarbas Costa respondeu que a "certificação participativa" foi uma idéia utilizada para chamar a atenção e estimular a discussão, sem pretensão de concorrer com os certificadores existentes, que foram montados para as empresas grandes, não para as comunidades. Não é um abordagem de cima para baixo.

Moacir Pinho perguntou para Barbara Schmalz sobre as perspectivas futuras para pau rosa em propriedades de terceiros. Ela respondeu que o pau rosa oferece um modelo para outras plantas aromáticas. O grupo tem planos para uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Não se extrai o óleo da madeira.

Eunice Pereira da Silva foi perguntado por quê o movimento das mulheres ficou inativo durante cinco anos. Ela respondeu que faltam recursos para visitar as comunidades ou participar das reuniões estaduais realizadas em Salvador.

Um dos participantes locais perguntou onde estavam as quantidades de cravo e pimenta orgânica mencionadas.

Luis Cláudio dos Santos Souza disse que a associação para agroecologia na região usa a certificação do IBD. Os assentamentos no entorno das áreas protegidas continuam sendo um desafio. A associação não trabalha apenas com assentamentos, mas também com outras comunidades.

Luiz Pinagé disse que a auto-certificação é importante, mas só funciona localmente. Jarbas Costa comentou que depende da boa reputação (idoneidade) do grupo.



Maria José Gontijo teceu comentários sobre a necessidade de empreendedorismo e como está sendo promovido projeto de Pronegócios desenvolvido pelo IIEB.

Rui Rocha, comentando os assentamentos na Mata Atlântica, manifestou preocupação que a agroecologia não seja suficiente.

### 11.7 Resumo do Facilitador

A experiência da SEFE ilustra o possível papel do governo, neste caso o governo estadual com o apoio financeiro do Governo Federal. Nesta mudança de governo, surgem grandes expectativas que o "Governo da Floresta" do Acre possa influenciar o Governo Federal para promover mudanças semelhantes em todos os estados amazônicos.

A experiência do Acre parece indicar que, talvez em contraste com as empresas grandes e o setor de madeira, as abordagens pró-ativas por parte do setor público são fundamentais para organizar mercados para a produção familiar rural. No caso da borracha, há também um subsídio significativo, justificado pelos benefícios ambientais e sociais.

Por outro lado, o projeto de Silves mostra como as dificuldades enfrentadas por comunidades locais que buscam práticas de produção sustentáveis podem ser causadas pela burocracia governamental, inclusive pelas agências que estabelecem as regras e regulamentos que têm o objetivo de proteger o meio ambiente.

A experiência de Ecobuchas é um caso notável de um empreendimento em pequena escala, praticamente individual. Um único produto padronizado está encontrando um nicho de mercado específico.

No projeto de Apuriná, o PESACRE trabalha com diversos produtos de artesanato que têm sua própria identidade específica no que diz respeito ao produto, ao processo e aos produtores. Além de valor econômico, este artesanato têm elevado valor simbólico. Os produtos da Mata Atlântica tais como cacau, cravo e pimenta-do-reino, no outro extremo, são mercadorias genéricas (*commodities*) vendidas em mercados globais. Eles são indiferenciados, com exceção do fato que são orgânicos.

As várias experiências apresentadas nesta sessão mostram a necessidade de verificar como tipos diferentes de produtos de comunidades locais podem chegar a mercados locais, regionais, nacionais e globais.

## **12 PLANO ESTRATÉGICO PARA 2003-2008 DA USAID/BRASIL**

### **12.1 Avaliação do Plano Estratégico para 2003-2008 da USAID/Brasil - Maria Filomena Lentini, Coordenadora do Programa USAID/Brasil**

A cooperação técnica e financeira da USAID é empreendida em colaboração estreita com o governo brasileiro. São usados indicadores sociais para justificar os planos. O plano estratégico existente é para 1998-2002. A estratégia nova para 2003-2008 inclui meio ambiente, energia, saúde (vírus de imunodeficiência humana - HIV, tuberculose e malária) e jovens em situação de risco, entre outros temas. Editais (*Requests for Applications* ou RFAs) serão lançados no primeiro trimestre de 2003. Os candidatos podem ser consórcios e mais de uma proposta pode ser aceita.

O panorama do programa de meio ambiente está baseado em 6% de emissões globais, biodiversidade enorme e Mata Atlântica e Cerrado como pontos quentes (*hotspots*) globais. O objetivo ambiental novo será ecossistemas naturais sustentados, com quatro atividades e quatro resultados esperados. O objetivo de energia é a adoção de práticas e conceitos de energia limpa e renovável, com as quatro atividades respectivas e quatro resultados esperados. O objetivo é a redução dos efeitos de mudança climática global por meio de energia renovável e da conservação de energia. Também foram apresentados os panoramas de risco e os objetivos dos programas de saúde e jovens. O objetivo novo é multissetorial, de forma que os recursos alcancem os grupos com maior necessidade.

O orçamento é de US\$17 milhões por ano, com 33% para meio ambiente. Deve ser notado que, além da cooperação Norte-Sul, pode haver também cooperação Sul-Sul, como no caso de Moçambique. Os consórcios terão que atender diversas exigências.

### **12.2 Discussão**

Paulo Demeter perguntou por que o governo de Estados Unidos não assina o Protocolo de Kyoto e como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) ajudará o Brasil. Filomena Lentini respondeu que a USAID é uma agência independente. Contribuirá aos debates sobre a ALCA, por exemplo, levando pessoas para o México para verificar os custos e benefícios para aquele país. A resposta à pergunta se camponeses brasileiros podem ser levados para discutir as vantagens e desvantagens com camponeses mexicanos foi "Por que não?".

### **12.3 Objetivo Estratégico 8: Ecossistemas Naturais Sustentados - Eric Stoner, Líder de Equipe do Programa Ambiental da USAID/Brasil**

Além dos documentos que foram distribuídos, é essencial ler o documento completo distribuído em CD-ROM. O desenho do RFA também está no CD. O



Programa Ambiental da USAID começou em 1990 focalizando megadiversidade, emissões, etc. A estrutura de *grantees* e *sub-grantees* existente envolve concessões para instituições individuais em arranjos hierárquicos. O RFA só estará disponível em inglês e os documentos terão que ser apresentados em inglês.

A estratégia nova, uma transição, tem como seu Objetivo Estratégico 8 (OE8) "Ecossistemas Naturais Sustentados" e prevê três resultados intermediários (IR). O IR8.1 é "Práticas sustentáveis de manejo florestal naturais melhoradas". O IR8.2 é "Mercados para bens e serviços ambientais desenvolvidos para prover benefícios econômicos tangíveis para comunidades pobres." O IR8.3 é "Planejamento de paisagens que sustenta ou aumenta benefícios ambientais e socioeconômicos incorporado no planejamento e políticas de governo". Os consórcios previstos no RFA poderão lidar melhor com paisagens que as instituições individuais. Sua estrutura deve incluir parceiros de administração financeira e dois ou mais parceiros de coordenação, pelo menos um dos quais deve ser uma ONG local. Os consórcios podem se candidatar a mais de uma concessão.

Na USAID/Washington, há opções de participação financeira (*buy-in*) com o USFS, The Nature Conservancy (TNC), o Programa de Conservação Global e a GDA, entre outros. Pode haver acordos multilaterais ou de troca de dívida com o PPG-7 e o Ato de Conservação das Florestas Tropicais (TFCA). O Subprograma de Ciência e Tecnologia do PPG-7 deve lançar seu edital no começo de 2003. O TFCA assinado há quatro anos prevê a troca de dívida. A equipe ambiental em Brasília terá um papel semelhante ao que já tem.

Os critérios de avaliação técnico incluem a estrutura do consórcio e da tomada de decisão, o desenho do programa e sua implementação e monitoramento e avaliação, entre outros. O aspecto mais difícil é indicadores, que não devem ser vistos como uma imposição da USAID, mas devem ser menos dolorosos e mais úteis. São necessários para mostrar ao Congresso de Estados Unidos que o programa está tendo impacto.

Richard Goughnour explicou que o oficial de contratos de La Paz não pôde vir à reunião conforme previsto. O programa contará com US\$4 a 4,5 milhões por ano durante seis anos. Haverá um prazo de 60 dias para responder ao RFA. Serão atribuídos pontos de acordo com critérios de seleção técnicos, sem consideração de custos. Serão publicadas respostas a perguntas enviadas para que todos possam ver.

#### 12.4 Discussão

Marianne Schminck perguntou sobre IRs múltiplos e sobre pessoas chaves, querendo saber se os consórcios deverão ser compostos de instituições ou de pessoas que trabalham em equipes. Wanja Nóbrega perguntou sobre a diferença



entre "sustentado" e "sustentável" e sobre como funcionaria a troca de dívida pelo TFCA.

Em resposta, Eric Stoner disse que as melhores propostas provavelmente tratariam de mais de um IR. Maior ênfase deve ser dada a equipes que a indivíduos notáveis. Richard Goughnour disse que ele estava aberto a retroalimentação sobre multiplicidade. As consultorias podem ser incluídas, além de instituições. A palavra "sustentado" no objetivo é simplesmente uma forma abreviada.

Finalmente, o TFCA foi traduzido oficialmente. Há várias maneiras de trocar US\$500 milhões, com pagamentos de US\$2-3 milhões por mês, os quais poderiam ser aplicados na conservação no Brasil. O conselho inclui ONGs que se mostraram suficiente maduras para tal participação. A quantia que pode ser trocada é aprovada pelo Congresso a cada ano.

Rita Mesquita comentou que os indicadores existentes não permitem identificar os vínculos que o novo programa está desejando. Há critérios novos sobre quem pode participar em licitações. As organizações intermediárias podem envolver relações hierárquicas verticais indesejáveis. Eric Stoner frisou a necessidade de fazer tanto quanto possível com indicadores e confirmou que a hierarquia é indesejável.

Donald Sawyer perguntou se seria possível e desejável apresentar propostas multissetoriais que vão além de meio ambiente. Foi respondido que seriam desejáveis, embora as licitações tenham que correr de forma paralela. A área principal seria meio ambiente e seria necessária criatividade para sua avaliação.

### **13 RESUMO DA REUNIÃO E COMENTÁRIOS FINAIS**

Os diversos participantes do Programa Ambiental da USAID no Brasil podem ficar satisfeitos com a experiência passada e as perspectivas futuras. O programa evoluiu muito no sentido de incorporação (*mainstreaming*) e *upscaling* (ampliação de escala). Houve integração cada vez maior entre questões sociais e ambientais, integração de paisagens, integração com mercados e empresas privadas e integração com o governo a diversos níveis. Houve até mesmo alguma integração com países vizinhos. Houve progresso maior no Brasil que em alguns países desenvolvidos. Estas mudanças aconteceram como ajustes, sem rupturas.

O programa mostrou que, ao proceder estes ajustes, mantém-se muito aberto ao diálogo, especialmente com vários tipos de parceiros brasileiros, não se restringindo às pessoas ou instituições diretamente envolvidos no programa. Trata-se de um processo virtuoso de retroalimentação.



Apesar disto, é claro, a luta continua. Há que se avançar tanto em termos conceituais, quanto em termos de tornar os conceitos operacionais, com impacto amplo. Para a implementação se concretizar, há particular necessidade de superar o isolamento do setor ambiental, tanto no governo quanto na sociedade, e de melhorar a comunicação. Até o momento, os resultados têm sido animadores, mas ainda resta muito a fazer.

Encerrando, o facilitador agradeceu os executores dos projetos, o pessoal da USAID de Brasília e Washington e outros órgãos do governo norteamericano e do governo brasileiro, que foi representado pela primeira vez pelo Ministério de Relações Exteriores, as mulheres da Apoio Eventos, os tradutores e todos os outros participantes e convidados.

Richard Goughnour agradeceu os vários participantes e o facilitador, manifestando sua certeza de que os resultados da reunião serão bem aproveitados e sua esperança de receber propostas boas para implementar o novo plano estratégico na área ambiental. Em uma escala maior, o trabalho das pessoas como estas presentes à reunião determinará o futuro.

#### **14 VIAGEM DE CAMPO**

No sábado, 9 de novembro, muitos dos participantes visitaram a área entre Ilhéus e Itacaré, a convite do IESB. Os seis pontos visitados foram: 1) o projeto de reflorestamento ao longo da estrada BA-001, ou Linha Verde, uma "estrada-parque"; 2) a trilha ecológica Janela de Gindiba no lote do Sr. Beca, parte do programa Floresta Viva; 3) o viveiro de mudas e o sistema agroflorestal com irrigação, no lote do Sr. Domingo; 4) o Condomínio Vilas de São José, um eco-resort e reserva privada; 5) a sede do Parque Estadual Serra do Conduru, criado como compensação pela pavimentação da estrada e 6) a sede da Associação de Pequenos Agricultores de Serra Grande.

Lista de Presença

Alcir Ribeiro Carneiro de Almeida	Cikel Brasil Verde S/A	91 210 9100	91 273 1808	alcir@cikel.com.br
Alexander Samuel Moad	US Forest Service	01 202 273 0163	01 202 273 4750	amoad@fs.fed.us
Aline Neves de Azevedo	Ministério da Ciência e Tecnologia	61 317 7819	61 317 7858	aneves@mct.gov.br
Ana Cristina Barros	IPAM	91 241 6700	91 241 6700	acbarros@amazon.com.br
Ana Lúcia da Cruz	USAID/Brasil	61 312 7235	61 312 7239	alcruz@usaid.gov
André Jesus da Conceição	COOPASB	73 634 1385	73 634 1385	juparaeco@uol.com.br
André Loubet Guimarães	Instituto Bioatlântica	21 2508 1612	21 2507 8219	aloubet@attglobal.net
Andrezito Santos Souza	FETAG-Bahia	71 319 5300	71 241 8221	andrezitosouza@bol.com.br
Angela Tresinari Bernardes	The Nature Conservancy	61 468 4819	61 468 4819	atresinari@tnc.org.br
Anthony Anderson	Environment Consultant	202 388 3888	202 388 3888	anthonybanderson@hotmail.com
Antonia do Socorro Pena da Gama	IPAM	91 241 4647	91 241 4647	spgama@amazon.com.br
Antonio Abelardo Leite	MAFLOPS Ltda.	00238818711 28979	93 558 1133	
Bernadete Santos	Dom Helder	73 613 4129	73 613 9076	faseba@nuznet.com.br
Bertha Koiffmann Becker	UFRJ	21 2549 6539	21 2549 9874	b.becker@uol.com.br
Boaventura Santos Ribeiro	Jupará	73 634 4466		
Carlos Antonio da Rocha Vicente	Governo do Estado do Acre	68 244 1468	68 224 0327	gabsefe@ac.gov.br
Carlos César Durigan	Fundação Vitória Amazônica	92 642 4559	92 236 3257	durigan@fva.org.br
Cássio Alves Pereira	IPAM	91 241 6700	91 241 6700	cassio@amazon.com.br
Celso Salatino Schenkel	UNESCO	61 226 9790	61 226 6866	c.schenkel@unesco.org.br
David Cleary	The Nature Conservancy	61 468 4819 - ext 201	61 468 4819 ext 221	dcleary@tnc.org.br
Domingos Sávio Macedo	PDBFF	92 643 3229	92 642 2040	dsmacedo@inpa.gov.br
Donald Sawyer	ISPN - Facilitador	61 327 8085	61 328 5933	don@ispn.org.br
Eduardo Freitas	USAID	61 312 7233	61 312 7648	efreitas@usaid.gov
Eliane Sampaio dos Anjos	Natura Cosméticos	11 4446 2485	11 4446 2489	elianeanjos@natura.net
Eliezer Barros Correia	CABRUCA	73 632 3031	73 632 3031	cabruca@piedade.com.br



Elizabeth Fernandes Vicentini Rosin	Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	11 4446 2850	11 4446 2889	elizabethvicentini@natura.net
Eric R. Stoner	USAID	61 312 7236	61 312 7246	estoner@usaid.gov
Eunice Pereira da Silva	Jupará Assessoria Agroecológica	73 634 1385	73 634 1385	juparaeco@uol.com.br
Felix Andrew Dowdy	Embaixada dos Estados Unidos	61 312 7417	61 312 7668	dowdyfa@state.gov
Fernanda Caixeta Arraes	USAID	61 312 7259	61 312 7648	farraes@usaid.gov
Flávio Leopoldino	IESB	73 634 2179	73 634 2179	flavio@iesb.org.br
Flávio Montiel da Rocha	MMA	61 325 1974	61 223 0765	flavio.rocha@mma.gov.br
Gil Nunesmaia Jr.	CARE Brasil	73 212 1780	11 3253 2288	gilnjr@yahoo.com.br
Gustavo Gatti	Fund.O Boticário de Proteção à Natureza	41 381 7558	41 382 4179	gustavo@boticario.com.br
Hailton Junior	Amazon Conservation Team	96 9965 2168		jrcolares@yahoo.com.br
Heloisa Helena V. de Aquino	CENTRU - Proteger II	99 525 3128	99 525 3128	centru@jupiter.com.br
Irving Foster Brown	Woods Hole Research Center	68 229 1642	68 229 1246	fbrown@uol.com.br
Jane Lovel	DFID SEMA/AMAPÁ	96 212 5308	96 212 5303	janelovel@sema.ap.gov.br
Janice S. Wiles	World Resources Institute	202 729 7705	202 729 7686	iwiles@wri.org
Jarbas Costa	Grupo PESACRE	68 223 3773	68 223 1724	jarbas@pesacre.org.br
Joaquim Blanes Jordá Jr.	IESB	73 634 2179	73 634 2179	peninha@iesb.org.br
Johan Cornelis Zweede	Fundação Floresta Tropical	91 229 8371	91 249 7923	zweede@fft.org.br
Johann Martha Barbara Schmal	AVIVE	92 528 2161	92 528 2161	bschmal@uol.com.br
John Browder	Virginia Polytechnic Institute	540 552 5354	540 231 3367	browder@vt.edu
José Karajá	CARE Brasil	11 3253 2288		Jkaraja@br.cade.org
Kazuki Otsuka	JICA	61 321 6465	61 321 7565	otsuka.kazuki@jica.go.jp
Kenneth Lamond Bell	European Commission	61 248 3122	61 248 0700	kenneth.bell@cec.eu.int
Leila Soraya Ramos Menezes	IIEB - PADIS	61 327 7525	61 328 5933	leila@iieb.org.br
Leonardo Vieira Lacerda	WWF - Brasil	61 364 7450	61 364 7474	leonardo@wwf.org.br
Luis Claudio dos Santos Souza	Jupará Assessoria Ecológica	73 634 1385	73 634 1385	juparaeco@uol.com.br
Luiz Carlos Pinagé de Lima	WWF-Brasil	61 364 7469	61 364 7474	luizcarlos@wwf.org.br



Luiz Paulo de Souza Pinto	Conservation International Brasil	31 3261 3889	31 3261 3889	l.pinto@conservation.org.br
Magaly B. Pagotto	USAID	61 312 7234	61 312 7239	mpagotto@usaid.gov
Marcelo Nogueira Leite	Folha de São Paulo	11 3224 2294	11 3224 2258	mleite@folhasp.com.br
Márcia Cota Lyra	Consultora	301 649 2547		marcia.lyra@att.net
Marco Antonio Chagas	Secret.de Coordenação da Amazônia no Amapá	96 212 5313	96 212 5303	marco.chagas@uol.com.br
Maria Cecilia Martins Kierulff	Conservation International Brasil	73 643 2179	73 643 2179	c.kierulff@conservation.org.br
Maria Filomena Lentini	USAID	61 312 7460	61 312 7648	nlentini@usaid.gov
Maria José Gontijo	IIEB	61 327 7525	61 328 5933	mjgontijo@iieb.org.br
Marianne Schminck	University of Florida	352 392 6548 ext 827	352 392 0085	schminck@tcd.ufl.edu
Mario Barroso Ramos Neto	Conservation International do Brasil	64 661 4407	64 661 4407	m.barroso@conservation.org.br
Mark Comolli	Forest World	1 802 382 8888	1 802 382 8880	mcomolli@forestworld.com
Michelle A Zweede	USDA Forest Service	202 273 0374	202 273 4750	mzweede@fs.fed.us
Miguel Scarcello	Associação SOS Amazônia	68 223 1036	68 223 1036	miguel@sosamazonia.org.br
Moacir Pinho	Dom Helder	73 613 9129	73 613 9076	faseba@nuznet.com.br
Mônica Borges Gomes Assad	IBAMA	61 316 1624	61 223 6410	monicaassad@bol.com.br
Myriam Jacqueline Villarreal	Grupo PESACRE	68 223 1089	68 223 1724	jacque@pesacre.org.br
Neusa Nunes Souza	Jupará	73 634 4466		
Oscar Artaza	IESB	73 634 2179	73 634 2179	oscar@iesb.org.br
Patricia Flanagan	USAID	61 312 7259	61 312 7648	pflanagan@usaid.gov
Paul Fuge	Forest World & Naturally Durable Inc	505 983 1200	505 988 1200	paulfuge@certifiedwood.com
Paulo Gonçalves Barreto	IMAZON	91 235 4214	91 235 4214	pbarreto@amazon.org.br
Paulo Roberto Demeter	FASE Itabuna	73 613 9129	73 613 9076	faseba@nuxnet.com.br
Raimundo Deusdará Filho	MMA	61 317 1095	61 317 1493	raimundo.deusdara@mma.gov.br
Reinaldo Francisco Ferreira Lourival	Conservation International Brasil	67 326 0002	67 326 8737	r.lourival@conservation.org.br
Ricardo Luis Bastos Tarifa	Banco Mundial	61 329 1017	61 329 1012	rtarifa@worldbank.org
Ricardo Seixas Brites	IBAMA	61 9971 5520	61 347 4797	rbrites@pos.ucb.br



Richard Goughnour	USAID	61 312 7248	61 312 7648	rgoughnour@usaid.gov
Rita de Cássia Guimarães Mesquita	PDBFF	92 643 3229	92 642 2040	rita@inpa.gov.br
Roberta Nobre	Apoio Promoções e Eventos	61 362 1200	61 234 7675	roberta@apoio.inf.br
Rui Barbosa da Rocha	IESB	73 634 2179	73 634 2179	rui.rocha@iesb.org.br
Safia Aggarwal	USAID	202 712 0045	202 216 3174	saggarwal@usaid.gov
Saturnino Neto F. de Sousa	IBAMA -UMA	73 634 2850	73 236 2113	saturninoneto@uol.com.br
Silvana Feitosa Oliveira	USAID	61 312 7240	61 312 7648	soliveira@usaid.gov
Silvia D. Frutos	USAID	595 21 601 023	595 21 601 023	sfrutos@usaid.gov
Silvia Maria Costa Nicola	GTA - Proteger II	61 445 2116	61 346 7048	proteger@gta.org.br
Solange Bezerra	Consulado Americano no RJ	21 2524 1605	21 2524 8425	bezerrasf@state.gov
Thomaz Lipparelli	Fund.O Boticário de Proteção à Natureza	41 381 7184	41 382 4179	elizangelas@boticario.com.br
Valentim Messias Degasperri	Eco Buchas	18 9702 4056	18 282 1944	ecobuchas@bol.com.br
Vasco Marcus Van Roosmalen	Amazon Conservation Team	66 478 2396	66 478 2396	canarana@amazonteam.org
Wanja Nobrega	MRE	61 411 6811		wnobrega@mre.gov.br